4

A "Balança de Ameaças" e os Casos da China e Península Coreana como Fatores de Incremento nas Percepções de Ameaças Japonesas

Neste capítulo busco apresentar na primeira seção o referencial teórico que dá suporte a analise sobre as percepções de ameaças japonesas. No caso a teoria da balança de ameaças e suas variáveis principais. Nas seções subseqüentes busco aplicar as variáveis da teoria da balança de ameaças (poder agregado, capacidades ofensivas, proximidade geográfica e intenções agressivas) aos casos mais notáveis de percepção de ameaças japonesas, ou seja, a China e a Península Coreana.

4.1.
A Teoria da Balança de Ameaças

Nesta seção utilizo a teoria da balança de ameaças como referencial teórico explicativo para as transformações ocorridas e citadas no capítulo anterior. Nas seções posteriores, as variáveis presentes na teoria da balança de ameaças são aplicadas no caso da China e da Coréia do Norte.

Como já argumentei, as transformações políticas japonesas concernentes a sua política de defesa não podem ser explicadas por normas "rígidas" que, tem em sua origem, fortes contradições históricas e se demonstram do mesmo modo em dissonância com os fatos apresentados no capítulo anterior. No entanto, a história também não se resume a variável "poder", pois a política de defesa do Japão mudou em um contexto de ameaças ao seu território. Recordando as palavras de Thomas Berger (1993) o espaço entre normas rígidas e flexíveis é determinado pelo grau da ameaça que os líderes de um país percebem. Creio que a explicação sobre a mudança

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

de postura do Japão rumo ao "Estado Normal" encontra mais alicerces nas percepções de ameaças do que em normas de segurança nacional "rígidas". Como recorda Henry Nau:

> Post-Cold War World can be better explained by balance of threat theory, which pays attention to countries' self-images, intentions and soft-power, than by balance of power theory alone, which focuses only on the distribution of capabilities (NAU, 2003, p. 223).

Ao avaliar a mudança de postura do Japão que se intensificou no período do pós-Guerra Fria é interessante notar que a própria formulação dos primeiros documentos relacionados a defesa nacional do Japão durante a década de 1970 ressaltavam a importância das percepções de ameaças e não os rigores das normas de segurança nacional. Michael Green (1995), por exemplo, cita o memorando elaborado em 1971 para um novo consenso para a política de defesa:

> In the memo, 'Thinking About the Development of Defense Forces' (Boeiryoku Seibi no Kangaekata), the Director of the Defense Policy Bureau, Kubo Takuya, proposed the adoption of a 'standard defense force concept', that would base force planning not on possible enemy capabilities in the region, but rather on the probable political intentions of Japan's neighbors (GREEN, 1995, p. 75).

A idéia principal presente nesse documento que ajudou a repensar a política de defesa do Japão é bastante significativa. Ao considerar a variável "ameaças" e não somente "capacidades", o documento captou a essência da teoria da "balança de ameaças" de Stephen Walt (1987). O Japão em seu rumo ao "Estado Normal" tem modificado seu *status* internacional e sua política de defesa em resposta as ameaças crescentes ao seu território. Se as normas de segurança nacional fossem de fato rígidas, na forma como Katzenstein e Okawara as entendem, essas transformações não teriam ocorrido. Busco na próxima seção apresentar os pontos importantes da teoria da balança das ameaças para depois identificar as principais ameaças percebidas pelos líderes japoneses.

Tanto os documentos relativos à política de defesa do Japão quanto as importantes transformações envolvendo as capacidades militares japonesas sugerem que a visão japonesa sobre seu poderio militar e sua postura com relação a esse poderio deveriam ser respostas as ameaças ou as potenciais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

ameaças a segurança do Japão. O papel do incremento das percepções das ameaças por parte dos líderes japoneses foi fundamental para a explicação do caminho que o Japão vem percorrendo rumo ao "Estado Normal".

Dentro da Tradição realista das Relações Internacionais o "realismo neoclássico" transgrediu as máximas do realismo estrutural para abrir a "caixa-preta" do Estado e buscar outras variáveis importantes na identificação de tendências. No papel dos líderes, por exemplo, há a compreensão de que as escolhas em política externa são feitas pelos líderes políticos e elites e, portanto, "s*uas percepções acerca do poder relativo são importantes não só pela quantidade física de recursos ou forças disponíveis*" (ROSE, 1998, p. 147). Em outras palavras, o realismo neoclássico dá conta de como os atores percebem suas capacidades, normas e crenças e como percebem as dos outros atores e como essas percepções são traduzidas para as transformações dentro da política externa.

Dois autores realistas neoclássicos importantes por exemplo, Willian Wohlforth e Stephen Walt, recordam que "*decision-makers' assesments of power are what matters*", (WOHLFORTH, 1999, p. 95), pois, em última instância, são os líderes que tomam as decisões baseadas sobre essas percepções. Na formulação de Walt, a base para a formação das alianças em âmbito internacional consiste em uma balança de ameaças em vez de uma balança de poderes. Os Estados juntam-se em alianças para responderem a ameaças das quais nem todas se assentarão no poder do Estado adversário. Deste modo, para Walt, o destaque vai mais para a intenção ou ambição do que simplesmente para o poder em si mesmo como base da ameaça e, portanto, também da resposta preferida pelos Estados que optam pela política de equilíbrio ou pela acomodação de interesses (*bandwagon*).

A teoria da "balança de ameaças" não lida com leis inexoráveis, mas sim com tendências. A opção pela "balança de ameaças" parece apropriada para a análise da política de defesa do Japão pela dinâmica das rivalidades entre China, Coréia do Norte e Japão. As hipóteses verificadas somente com base na tradicional teoria da balança de poder são insuficientes, pois "*states balance against threats rather than power alone. (...) The degree to wich a state threatens others is the product of its aggregate power, its geographic*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

proximity, its offensive capability, and the aggressiveness of its intentions" (WALT, 1987, p. 265).

Esse é um ponto, aliás, onde a teoria da balança de ameaças ganhou notoriedade. Ao tratar do "poder percebido" e não apenas do "poder agregado" a tradicional teoria da balança de poderes se refina. Nas palavras de Walt: "*Theories models based solely in distribution of power and structure of possible payoffs do not take into account the impact of perceptions or geography*. (WALT, 1987: 10) Robert Jervis também recorda a importância de ir além da teoria da baçança de poderes: "*The state's aggressiveness will be seen as rooted in factors such as geography and national character that change slowly*" (JERVIS, 1976, p. 275).

A avaliação da agressividade das intenções desempenha um importante papel no estudo sobre as mudanças na política de defesa do Japão, principalmente no período do pós-Guerra Fria. A constante aparição da Coréia do Norte nos *White Papers* da política de defesa japonesa e a preocupação constante do Japão com os gastos militares chineses expressam a importância da avaliação da agressividade das intenções, mais do que o poder somente.

Barry Buzan, por exemplo, no seu estudo sobre securitização,[1] utiliza as variáveis da teoria da balança de ameaças de Walt com outros nomes para ir além da teoria tradicional da balança de poder. A própria definição do termo securitiuzação depende da avaliação das ameaças ou de sua construção política.

> The ability of a securitising actor to securitise the neighbouring country in military terms depends on the length and ferocity of historical enmity, the balance of material capabilities, and various signs of hostility (rhetorical as well as behavioural) (BUZAN, 2003, p. 86).

Os dilemas de segurança envolvendo o Japão, a China e a Península Coreana são representativos para o estudo da agressividade das intenções, histórico de interações agressivas, bem como dos demais pontos destacados

[1] "The discursive process through which a political community treat something as an existential threat to a valued referent object, and to enable a call for urgent and exceptional measures to deal with the threat". (Buzan, 2003, p. 491)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

por Walt para a análise do grau em que as ameaças são percebidas, geografia, poder agregado e capacidades ofensivas.

A teoria da balança de ameaças subsume a tradicional teoria da balança de poderes. A variável poder permanece importante, mas sua importância é compreendida enquanto componente da ameaça. Walt resume desta forma a lógica causal de sua teoria:

> The principal concept that informs balance of power theory is power, which consists of components such as military and economic capability and population. The principal concept that informs balance of threat theory is threat, which consists of aggregate power, geographic proximity, offensive capability, and perceived intentions. Balance of threat theory is a more general explanation of state conduct not a more complicated one (WALT, 1987, p. 264).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

A vantagem, Segundo Walt, é que a teoria da balança de ameaças refina a teoria da balança de poderes sem perder a parcimônia. Apesar de abarcar um número maior de fenômenos, a teoria da balança de ameaças não é menos parcimoniosa do que a teoria da balança de poderes. Contanto que as principais idéias que organizam suas variáveis relevantes sejam pouco numerosas tal como o número de idéias principais da teoria menos geral que se propõe a deslocar. Na próxima seção busco descrever historicamente e avaliar as ameaças ao Japão a luz da teoria da balança de ameaças.

Para melhor entender como os líderes políticos japoneses avaliaram o ambiente estratégico regional para tomar suas decisões, pretendo ir além da tradicional teoria da balança de poderes, uma vez que a teoria da "balança das ameaças" engloba o poder em sua lógica incluindo outros fatores importantes como o poder agregado; proximidade geográfica; poder ofensivo e intenções agressivas:

- **Poder Agregado:** A idéia aqui é que quanto maior os recursos totais do Estado (por exemplo: capacidades militares, população, solidariedade social, desenvolvimento tecnológico e industrial, etc.), maior a ameaça potencial que esse Estado pode passar aos demais (*coeteris paribus*). No entanto, o poder agregado de um Estado tem a capacidade de tanto punir inimigos quanto de recompensar amigos (WALT, 1987, p. 22).

- **Proximidade Geográfica:** A hipótese aqui é a de poderes que estão próximos geograficamente infligem maiores ameaças do que aqueles que estão distantes (*coeteris paribus*). A geografia interfere fortemente na doutrina estratégica predominante de um Estado (WALT, 1987, p. 23).
- **Poder Ofensivo:** A idéia aqui é que os Estados com grandes capacidades ofensivas são mais suscetíveis a demonstrar maiores ameaças do que aqueles que adquirem capacidades defensivas (*coeteris paribus*). Nesse ponto, a doutrina estratégica dominante no Estado com capacidades ofensivas e o sentimento de vulnerabilidade no país ameaçado são importantes para a análise (WALT, 1987, p. 24).
- **Intenções Agressivas:** As percepções das intenções desempenham um papel vital tanto na escolha das alianças quanto nos padrões de rivalidades (*coeteris paribus*). As fontes de ameaças não residem somente nas capacidades materiais dos Estados, mas também da postura ameaçadora ou não que esse Estado mantém (WALT, 1987, p. 25).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

4.2.
Percepções de Ameaças: O Caso da China

Nesta seção analiso o caso da China enquanto potencial ameaça ao Japão e as percepções de ameaças japonesas diante do crescimento econômico e militar chinês, além da avaliação da doutrina estratégica chinesa enquanto fator perturbador da estabilidade na Ásia Oriental. Para tanto, reviso o histórico de interações agressivas entre China e Japão e suas conseqüências para a época contemporânea, notadamente, a estrutura pouco institucionalizada na área da segurança regional. Por fim, aplico as variáveis da teoria da balança das ameaças para analisar o grau em que a China é entendida como um país ameaçador.

4.2.1.
Histórico de Interações Agressivas entre China e Japão

China e Japão possuem um histórico de relações políticas conflituosas relacionado não somente às agressões interestatais, mas também a massacres e pilhagens. A ferocidade desses conflitos gerou uma forte cicatriz nas relações sino-chinesas atuais. O passado ainda é uma sombra presente para o Japão e a geração de políticos nascidos após a Segunda Guerra só agora começa a tomar as posições de destaque no governo. A política externa japonesa ainda busca um *modus operandi* que amenize as contradições entre as tradições e o nacionalismo e o aprendizado com os erros do passado.

Esses dois países dividem uma história comum que deixou fortes raízes na língua e nos costumes dos dois países. Contudo, japoneses e chineses guardam peculiaridades. A cultura que antes era comum (confucionista e budista) para ambos passou a adquirir uma coloração mais nipônica ou chinesa com o passar dos tempos. O historiador e nipólogo W. G. Beasley escreve sobre as duas civilizações:

> The history of Japan like that of China, has a high degree of continuity from ancient times to the twentieth century. (…) Under Buddhist tutelage Japan became substantially Chinese, not only in religion, but also in political institutions, writing system and the lifestyle of the ruling class. In the Middle Age, (…) parallels between Japan and China break down. Chinese emperors in and after fourteenth century were autocrats, served by appointed ministers who acknowledged Confucian thought as the proper guide for political behaviour. Feudal Japan, by contrast, remained predominantly Buddhist and governed by the equivalent of barons (BEASLEY, 1999, p. xvi).

As diferenças foram aprofundadas após a era Tokugawa (1600-1868) quando a estrutura do Estado Japonês tornou-se mais militarista, organizada em feudos e administrada pela influência dos Xoguns. O contato com o ocidente no século XIX também conferiu diferentes destinos aos dois países. A China adotou uma postura reativa para manter o tradicionalismo e falhou em seus propósitos. O Japão *estudou* as técnicas de guerra dos ocidentais e entrou na era da revolução industrial.

Quais seriam as origens da rivalidade entre Japão e China que resultou em duas guerras de grande escala e vários outros conflitos menores? A maior

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

parte dos conflitos armados ocorre entre Estados com rivalidades de longa data. Mas dizer isto sem identificar como esses Estados se tornaram rivais não adiciona muito à pesquisa. Japão, China e as Coréias são países que preenchem os requisitos dos padrões de rivalidades persistentes. Todos se envolveram em conflitos militares de duração considerável e com grande número de fatalidades. Uma rivalidade denota uma relação competitiva entre dois ou mais países. Mas para se identificar a persistência dessa rivalidade dois elementos são fundamentais: 1º) a percepção das ameaças e hostilidades por ambos os lados e 2º) uma dimensão temporal que reflita o impacto das interações passadas e as expectativas sobre as relações futuras (HENSEL, 1999, p. 03).

A dimensão temporal das relações sino-japonesas é repleta de hostilidades. Na medida em que o Japão se fortalecia e a China se enfraquecia a conjuntura da segurança regional se transformava em favor dos japoneses. Ainda no fim do século XIX as capacidades industrial e militar do Japão conferiam ao país um poderio significativo para todas as potências ocidentais da época. A China era objeto do imperialismo ocidental na forma dos tratados desiguais de comércio. A primeira forma de imperialismo japonês na China foi também nesse modelo, embora com menos privilégios e isso incomodava o Império do Japão (BEASLEY, 1999, p. 74).

Os interesses japoneses na China no final do século XIX eram territoriais e econômicos. Os territórios de Taiwan e da Manchúria interessavam aos japoneses pela importância estratégica e comercial que representavam. Os japoneses também pretendiam o reconhecimento chinês da independência da Península Coreana. A independência da Península Coreana foi uma manobra ousada e bem-sucedida por parte do Império japonês, pois garantiu um sentimento anti-chinês e um outro pró-japonês. Em 1876 o Japão firmou o Tratado de Kanghwa com a Coréia que reconheceu a independência da Coréia em relação a China, concedia ao Japão livre acesso aos portos coreanos e considerava ilegítima qualquer intervenção chinesa na Coréia. Esse tratado foi resultado da diplomacia

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

coercitiva japonesa (*gunboat diplomacy*) e foi o maior incentivo para a Guerra contra a China em 1894 (BEASLEY, 1999, p. 79).

O pensamento estratégico japonês no fim do século XIX representado pelo Chefe do Estado Maior e posteriormente primeiro-ministro (1890) Yamagata Aritomo exaltava a Manchúria e a Península Coreana enquanto "linhas de vantagem" japonesas e essenciais para a defesa territorial do país. A maior preocupação de Yamagata era a estrada de ferro Trans-siberiana em construção na Rússia. Uma vez que os russos completassem esse empreendimento toda a Península Coreana e Manchúria estaria sob o risco de invasão. A China, dividida politicamente não detinha poderio militar suficiente para conter tais ameaças e por isso, foi retalhada pelo imperialismo dos países ocidentais e pelo Japão (SPENCE, 1999, p. 322).

A mudança no padrão do imperialismo, ou seja, do imperialismo informal dos tratados de comércio desiguais para o imperialismo mais violento de anexações e protetorados, foi realizada pelo Japão quando a Primeira Guerra Mundial teve início em solo europeu. Enquanto as potências ocidentais estavam presentes na China por seus interesses comerciais os chineses podiam barganhar com os EUA, Inglaterra e Alemanha para contrabalançar o poderio japonês. No momento em que essas potências estavam ausentes por ocasião dos conflitos em solo europeu, o Japão viu a oportunidade de expandir suas zonas de influências sobre o continente.

Em menos de trinta anos o Japão aprendeu com as potencias ocidentais os benefícios de uma política expansionista baseada no poder industrial e militar. As primeiras raízes da rivalidade sino-japonesa estão no Tratado de Shimonoseki de 1895 [2] onde o Japão também aplicou um outro padrão muito comum entre os ocidentais, a "Paz dos Vencedores". Uma vitória rápida na Guerra de 1984 foi o estímulo para a exploração da China. O Tratado aplicou uma indenização pesada sobre os chineses, concedeu a Península de Liaotung e Taiwan aos japoneses e lançou as bases para os rancores entre as duas nações. W.G. Beasley recordou as palavras do

[2] "Tratado de Paz entre China e Japão". Assinado em 17 de Abril de 1895. Disponível em: <http://www.taiwanbasic.com/treaties/Shimonoseki.htm> Acesso em 05 de maio de 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

mandarim chinês da época sobre os termos do tratado: "*To relinquish Chinese sovereignty over these areas, he said, would 'awaken um the Chinese people a spirit of hostility and revenge'"* (BEASLEY, 1987, p. 57).

O padrão mais violento presente nos termos do Tratado de Shimonoseki não foi revertido nas demais ações do imperialismo nipônico do início do século XX. Em 1910, O Japão anexou à Península Coreana, que já era um Estado títere japonês desde o fim da Guerra contra a China de 1894. A justificativa japonesa para a anexação foi a de combater com mais eficiência a insurgência coreana antijaponesa. Com a anexação da Península Coreana o Japão conquistou um sistema de imperialismo em que regia o comércio regional à custa dos coreanos e chineses que permaneceram em sociedades atrasadas diante da sociedade industrial que o Japão era na década de 1920.

Na década de 1930 a crise na economia mundial se asseverou o controle sobre as colônias japonesas. O nacionalismo no Japão foi a reação encontrada diante das condições de vida deterioradas pela depressão econômica mundial. O discurso nos tempos da crise econômica deixou de ser o de "zonas de influência" para dar lugar ao de "sobrevivência nacional". Obviamente, a Machúria era aposta como a principal artéria do Japão. A "racionalização" das políticas expansionistas sempre recorriam ao perigo da "sobrevivência da terra natal". Esse era o discurso nacionalista dos militares que ganhava espaço diante do discurso internacionalista representado pelo gabinete dos negócios exteriores.

O militarismo havia tomado às esferas mais importantes do governo japonês e a crise na economia mundial era o que faltava para os planos de expansão ainda incompletos. Impávido na Ásia Oriental, o Japão invadiu a Manchúria em 1931 estimulado pela *ultima ratio* de "sobrevivência nacional" dos militares. Foi estabelecido um Estado Títere japonês sob o nome de Manchukuo e em 1933 o Japão deixou a Liga das Nações. A pilhagem da China gerava mais rancor contra os japoneses. Os protetorados japoneses na Coréia e na Manchúria, contudo, começaram a vivenciar insurgências no período de recuperação da crise mundial na economia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

As guerrilhas comunistas na China que ganhavam força no interior e os nacionalistas chineses liderados por Chiang Kai-shek se uniram para expulsar os japoneses em 1936. Essa percepção de união chinesa contra o Japão foi o estopim real para as hostilidades em 1937.[3] Uma nova guerra teve início e dessa vez mais cruel, pois a vitória não foi rápida como os japoneses esperavam. Novas sementes para o ódio foram plantadas pela ferocidade da Guerra:

> By September, Japan's newly created North China Army had 200,000 men in the field. Fighting spread to the Yangtze, culminating on 13 December in the capture of Nanking, where Japanese units were turned loose to murder, rape, and loot in one of the war's worst atrocities (BEASLEY, 1987, p. 203).

Um balanço otimista assegura que 30 milhões de chineses foram mortos somente na Guerra contra o Japão de 1937-1945, período conhecido como o "estupro da China" (BRADLEY, 2003, p. 58). Rivalidades interestatais perduram graças às interações passadas violentas e também pelo prospecto das relações futuras. Japão e China ainda não encontraram uma fórmula para lidar com o passado e esse é uma condição *sine qua non* para traçar novas perspectivas para as interações futuras. "*All three of Japan's wars (1894-95, 1904-05, 1931-45) originated in disputes related to China. The whole question of balance between these two countries has been a non-issue since 1945*" (BETTS, 1993/1994, p. 58).

Além disso, um fator negativo no caso da rivalidade sino-japonesa é o fato identificado por Goertz (2000). As rivalidades mantidas contra a China tendem a ser de longa data. Nota-se esse fato nas disputas territoriais chinesas atuais de difícil solução. Em resumo, a "não-questão" ou não-tratamento da questão da rivalidade sino-japonesa aliada às características atuais do ambiente de segurança na Ásia oriental trabalham a favor da manutenção do dilema de segurança entre japoneses e chineses e não a favor de sua disseminação.[4]

[3] É interessante notar que nas Guerras entre China e Japão, os japoneses forjaram incidentes para dar início as hostilidades. Neste trabalho não pretendo entrar em detalhes desses incidentes provocados, pois as razões políticas para os conflitos são as que realmente importam.

[4] Thomas Christensen (2003, p. 35) explica o dilema de segurança aplicado à Ásia Oriental afirmando que as chances para espirais de tensão na região são grandiosas, particularmente pelo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

> Many in the region, particularly in Beijing fear that new defensive roles for Japan could break important norms of self-restraint, leading to more comprehensive Japanese military buildups later. Moreover, Beijing's focus on preventing Taiwan permanent separation from China means that even defensive weapons in the hands of Taiwan or its potential supporters are provocative to China. (…) The intensity of anti-Japanese sentiment in China has not decreased markedly as World War II becomes a more distant memory. There are several reasons in addition to those cited above. Nationalism has always been strong element of the legitimacy of the Chinese Communist Party (CCP), and opposing Japanese imperialism is at the core of this national story. (CHRISTESEN, 2003, p. 28).

A manutenção da rivalidade de longa data entre China e Japão tem elementos históricos suficientes para a manutenção desse dilema de segurança. Um exemplo é o culto xintoísta por parte de autoridades japonesas no santuário xintoísta de Yasukuni onde estão enterrados líderes militares acusados de cometerem crimes de guerra durante a invasão da China. As visitas do ex-primeiro ministro Junichiru Koizumi ao santuário de Yasukuni onde estão enterrados líderes militares japoneses da época da Guerra do Pacífico levaram o governo chinês a fazer protestos contra o Japão.[5] Na seção seguinte pretendo analisar em que grau a China é vista como ameaça pelo Japão. para tanto, utilizarei as variáveis da teoria da balança de ameaças: Intenções Agressivas, Poder Agregado, Capacidades Ofensivas e Proximidade Geográfica.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

perigo representado pela possível retirada da presença naval dos EUA da região. A teoria estipula que, em um ambiente internacional anárquico e instável, a desconfiança entre dois ou mais potenciais adversários pode levar cada lado a tomar medidas defensivas de precaução que são percebidas pelo oponente como ameaças ofensivas.

[5] China anuncia condições para melhorar relações com o Japão. Embaixada da República Popular da China no Brasil. 20 de Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.embchina.org.br/por/szxw/t276596.htm> Acesso em 18 de Junho de 2008.

4.2.2.
Intenções Agressivas: Ações Chinesas

Talvez a variável mais importante no refinamento da teoria da balança de poderes seja "intenções agressivas". Através da avaliação das intenções agressivas pode-se estabelecer uma percepção mais próxima à realidade das avaliações dos líderes que não tomam suas decisões baseados apenas em considerações sobre capacidades materiais, embora essas sejam importantes. Nessa seção avalio as ações chinesas e sua doutrina estratégica enquanto potenciais fomentadoras das percepções das ameaças regionais.

O regime comunista chinês gera incertezas em seus vizinhos, uma vez que os dados acerca de seus gastos com defesa ou o destino exato desses não são confiáveis (GARRET, GLASER, 1996, p. 231). Além disso, há uma discussão sobre a postura chinesa quanto ao seu *status quo*. Em primeiro lugar, é possível afirmar que a China mantém uma postura revisionista por considerar Taiwan parte de seu território e ter inclusive aprovado uma lei que legitima a intervenção armada contra a ilha no caso de declaração de independência. Após séculos de invasões estrangeiras que contribuíram para manter o país dividido e fraco, os chineses consideram sua integridade territorial como sacrossanta. Essa postura é um dos maiores incentivos para os japoneses e demais países vizinhos para considerar o regime de Beijing como agressivo/ofensivo.

> In the other words, the main threat to China is a political change in cross strait relations that would legalize and freeze the territorial *status quo*. China's main method of countering that threat is a combination of military and economic coercion (CHRISTENSEN, 2003, p. 35).

Ao declarar Taiwan parte de seu território a China concede uma garantia de conflito armado no caso da declaração da independência ou da intervenção estrangeira em apóio a ilha. Ou seja, uma declaração formal de independência por parte da Ilha de Taiwan significa uma declaração de guerra para os chineses. O maior problema nesse caso são as disputas territoriais que serão vistas na seção sobre a proximidade geográfica.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

O outro elemento importante na avaliação das intenções agressivas representadas pela China é a característica do regime político chinês. Regimes autoritários geram a sensação de instabilidade e por mais que o discurso do governo chinês de "desenvolvimento pacífico" tenha ganhado força no fim da década de 1990, a agressividade nas ações chinesas relacionadas às suas disputas territoriais na Ásia central, Mar do Sul da China e Taiwan tornam o desenvolvimento pacífico confinado a esfera das relações econômicas (SEAGAL, 1994, p. 171).

A principal preocupação do regime chinês tem sido a manutenção da estabilidade política interna. No entanto, para manter essa estabilidade, o governo chinês tem tido atitudes tidas como ofensivas pelos países da ASEAN, Japão e EUA. Os testes com mísseis no Estreito de Taiwan em 1996 são as maiores provas de percepções da agressividade nas intenções chinesas por partes desses atores. A possibilidade do uso da força para resolução de controversas internacionais é vista pelo governo comunista chinês como uma das alternativas, não necessariamente a última.

> China is a dissatisfied power, while Japan is a *status quo* power. (…) China is still trying to recover territory and prestige lost to the west during the *bainiande ciru* ("century of shame"). China's irredentist claims have brought sharp disagreements with Britain, Taiwan, Japan, India, and Malaysia, among others (ROY, 1994, p. 126).

As ações chinesas no Mar do Sul da China são representativas na formação da percepção das ameaças dos países vizinhos da China.[6] O ex-representante do Instituto dos Negócios Marítimos da Malásia, Hamzah Ahmad, afirmou que a China busca substituir a Rússia e os EUA enquanto o principal poder militar da região. Em suas palavras, "*China should not attempt to revive the Middle Kingdom mentality and expect tribute from Southeast Asia*" (GALLAGHER, 1994:, p. 134).

As palavras em tom de preocupação presente nos discursos dos líderes dos países da ASEAN são respostas às ações militares chinesas no Mar do

[6] Sobre a conduta agressiva chinesa nesse ponto, Michael Gallagher (1994, p. 134) cita por exemplo os documentos liberados pelo encontro nacional do Partido Comunista Chinês no que tange as Ilhas Paracel e corais no mar do sul da China: "Essas ilhas e corais estão dentro do território chinês e nenhum outro país tem o direito de invadir ou ocupá-las".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

Sul da China onde as Ilhas Spralty, Paracel e Pescadores foram alvos de ações consideradas agressivas por parte dos países da ASEAN. Essas ilhas são alvos de disputas internacionais, mas a única ação militar de tomada de território em disputa foi realizada pelos chineses em janeiro de 1995. "*China sent at least nine naval vessels to Mischief Reef. This was not the most seriously territory taken by China, but it was the first time it had seized territory claimed an ASEAN state*" (SEAGAL, 1994, p. 173).

Nessas ações de tomada de algumas ilhas no Mar do Sul da China, os países da ASEAN consideraram publicamente a China como país agressor. Além disso, instalações militares chinesas foram instaladas nessas ilhas. Houve uma inequívoca violação do entendimento de 1992 no âmbito da ASEAN que proibia o uso da força contra um membro da ASEAN. Como recordou Buzan: "*China ignored various agreements and continued with its policy of incremental occupations*" (BUZAN, 2003, p. 158). Mas as ações nessa região não são as únicas consideradas como agressivas.

A China detém cerca de trezentas ogivas nucleares (JOHNSTON, 1994, p. 214) e embora sua força nuclear ainda esteja muito aquém do poderio ofensivo nuclear da Rússia e dos EUA, o uso de armamentos nucleares na doutrina estratégica chinesa é o que realmente causa preocupação. Por terem a consciência de que suas forças ofensivas nucleares não podem conter um ataque nuclear em grande escala os chineses tem uma concepção diferente acerca da idéia de dissuasão. Os estrategistas chineses reclamam de aderir à idéia da dissuasão para a autodefesa ou autoproteção. A idéia desenvolvida na China é, no entanto, a de "Dissuasão Limitada" (JOHNSTON, 1994, p. 188).

"Dissuasão Limitada" para os chineses significa adaptar as armas nucleares táticas as novas realidades dos conflitos militares possíveis na periferia chinesa. Dissuasão para os chineses não encontra base na idéia norte-americana de destruição mútua assegurada, mas sim na possibilidade de inflingir dano considerável ao inimigo em um duelo envolvendo armas nucleares. Portanto, a precaução quanto ao uso de armas nucleares por parte da China diverge da doutrina nuclear norte-americana. Os argumentos dos estrategistas chineses se baseiam nas capacidades ainda incipientes em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

dissuasão nuclear que o país possui. Por essa razão, a idéia de "No First Use" servia aos interesses dos países hegemônicos do mundo que viveu a Guerra Fria. A China, contudo, não tem a capacidade econômica ou tecnológica para manter tal perspectiva de dissuasão (JOHNSTON, 1994, p. 201).

> In contrast to U.S. proponents of the assured-destruction concept of deterrence, most of the Chinese strategists who write on nuclear questions explicitly reject the notion that nuclear weapons have overturned Clausewitz's axiom that warfare is the continuation of politics. (…) according to some Chinese strategists, the causes of nuclear war and its consequences are not directly linked. (…) Thus, whether a state can objectively achieve its political goals through nuclear war, *and* whether a state is motivated by political goals when using nuclear weapons, are two different things. The latter possibility still exists and thus Clausewitz's axiom cannot be overturned (JOHNSTON, 1994, p. 196).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

O simples fato de a China não descartar o uso de armas nucleares para atingir determinados fins políticos não-relacionados à autodefesa gera muita apreensão e desconforto em seus vizinhos. O Japão, sem dúvida, é um dos países que se sentem mais inseguros diante das atitudes chinesas. Não se trata somente dos gastos militares chineses em expansão, mas sim da falta de transparência desses gastos. Além disso, os atritos entre Japão e China acerca das rotas de navegação e Zonas Econômicas Exclusivas permanecem importantes.[7]

A questão da Zona Econômica Exclusiva tem sido uma fonte de rivalidade entre japoneses e chineses não somente pela importância dos recursos naturais presentes na áreas entre o sul do Japão e a Ilha de Taiwan, mas também pela natureza geográfica dessa região. O Japão mantém vigilância sobre 200 milhas marítimas sobre as quais repousam sua Zona Exclusiva, uma extensão do Mar Territorial japonês. Ocorre, contudo, que a posição geográfica dessas ilhas "cercam" a saída chinesa para o Oceano Pacífico, de modo que a China para alcançar esse Oceano Precisa passar pelo Mar Territorial japonês.

[7] A China tem despachado navios de Guerra e comerciais em torno das Ilhas Senkaku, pertencentes aos japoneses, mas requeridas pelos chineses. Essas navegações chinesas ao redor das ilhas japonesas tem gerado atritos diplomáticos por conta das Zonas Exclusivas de Navegação.

Outro fator que incentiva o conflito sino-japonês nesse tema é a disputa pela soberania das Ilhas Senkaku que se situam justamente na controversa área de disputa envolvendo direitos de Zona Econômica Exclusiva. As ações militares chinesas nessa região também geram protestos e acusações por parte das autoridades japonesas. O primeiro evento significativo foi a incursão de um Barco chinês suspeito de realizar espionagem na Zona Econômica Exclusiva japonesa em Dezembro de 2001.[8] Nessa ocasião a Guarda Costeira japonesa atirou contra a embarcação chinesa para forçá-la a parar. Foi o primeiro engajamento enre japoneses e chineses desde o final da Segunda Guerra Mundial. Um outro evento foi considerado mais grave: A invasão por patê de um submarino nuclear chinês no Mar Territorial japonês por duas ocasiões em 2004 e 2005.

Esses eventos provocaram forte insegurança no Japão principalmente pelo caráter sorrateiro das operações chinesas. O Ministro das Relações Exteriores japonês Nobutaka Machimura reagiu ao afirmar: "*Nós fizemos um forte protesto e exigimos um pedido oficial de desculpas por parte da China*".[9] No ano seguinte, o Ministro do Exterior Taro Aso foi mais contundente em expressar a percepção de ameaças por parte do governo japonês. Aso disse em uma conferência com a imprensa que discutia o assunto do submarino chinês "*a China é um país vizinho com um bilhão de pessoas, com armas nucleares, gastos militares crescentes nos últimos dezessete anos e com quase nenhuma transparência (...) Tem se tornado uma ameaça considerável*".[10]

Ao verificar as ações chinesas com relação as disputas territoriais uma pergunta surge. O que explica tais atitudes? Se a China se esforça para se integrar na ordem econômica mundial liderada pelos EUA, por que mantém atitudes agressivas em seu entorno? Para responder tais questões é preciso verificar a doutrina estratégica chinesa, suas visões sobre seu papel na Ásia e

[8] BBC News. Japan fires on na intruding boat. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/1724913.stm > Acesso em 28 de Agosto de 2008.

[9] BBC News. Japan protest to China over sub. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/asia-pacific/4005533.stm > Acesso em 28 de Agosto de 2008.

[10] The New York Times. Foreign Minister Says Japan Sees Military Threat in China Buildup. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/12/23/international/asia/23japan.html> Acesso em 01 de Setembro de 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

no mundo. Ainda dentro da variável "intenções agressivas" é importante notar que os fundamentos para a agressividade nas intenções chinesas têm raízes históricas nas doutrinas estratégica e geopolítica prevalecente nesse país. Na próxima seção avalio a doutrina estratégica chinesa e sua ambigüidade, bem como a divergência dessa doutrina diante do pensamento geopolítico atual japonês e dos demais vizinhos da China. Tratam-se de visões das relações internacionais distintas que resultam em diferentes opções para os arranjos institucionais de segurança na Ásia Oriental.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

4.2.3.
Intenções Agressivas: Incompatibilidades entre as Doutrinas Estratégicas Chinesas e Japonesas

Japão e China, como já foi ressaltado anteriormente, dividem muitas instituições comuns, a influência do budismo e da língua escrita chinesa no Japão é notável, mas o Japão, desde a idade média, construiu seu modelo próprio de instituições. No fim do século XVI, o Japão teve seu contato com o Ocidente e diferente da China, obteve um aprendizado técnico-militar surpreendente.

Sendo as duas maiores forças regionais e com visões diferentes acerca das relações internacionais, Japão e China também explicam a opção atual pelos arranjos regionais na área de segurança. Atualmente a ARF (ASEAN Regional Fórum) e a SCO (Shangai Cooperation Organization)[11] são as únicas organizações de segurança regional. Ambas muito limitadas no seu escopo e nos seus resultados. Pretendo nesta seção analisar a visão japonesa e chinesa das relações internacionais conjuntamente com os resultados políticos dessas visões, ou seja, as duas organizações regionais de segurança da Ásia Oriental.

[11] Utilizarei as abreviações em inglês, pois não há praticamente nenhuma referência a essas organizações em português. O que, de fato, também demonstra o pouco interesse em temas relacionados à Ásia Oriental por parte dos brasileiros.

Japão: O Japão tem uma visão das relações internacionais que foi influenciada pela presença norte-americana no país. No entanto, o que possibilitou o aprendizado foi à própria ética japonesa que informa suas percepções acerca do ambiente internacional. Diferente da China, o Japão tem uma ética mais flexível que possibilitou adaptações ao ocidente. A visão hierarquizada do Império Japonês militarista foi substituída por uma mais próxima do Ocidente. Em outras palavras, enquanto o Império nipônico do início do século XX pretendia dominar a Ásia por entender que era o centro civilizatório asiático, o Japão atual vê o ambiente internacional como um ambiente anárquico, mas a anarquia é mais uma condição permissiva do que um obstáculo inamovível para a cooperação.

> The constitutional law introduced by Allied occupation authorities in November 1946 embodied principles of liberal democracy, pacifism and egalitarianism. Although for the Allies the constitution was designed primarily to prevent Japan from again posing a military threat, its provisions were welcomed by the Japanese public as a fresh start after the country's experience of totalitarian militarism. Unlike Japan's earlier encounter with the Western ideas under the Meiji Restoration, after the Second World War these values were accepted in themselves, rather than as a means to a pragmatic end (BESSHO, 1999, p. 15).

Essa adaptação ao ocidente só foi possível Segundo Ruth Benedict porque:

> A verdadeira força do Japão [...] reside em sua capacidade de dizer a respeito de determinada rota de ação 'esta falhou' e, em seguida, lançar energias em outros canais. [...] A ética japonesa é uma ética de alternativas. Não é absoluta como tantas ocidentais. Não precisam os japoneses confessar culpa ou reconhecer que perderam seus direitos com a derrota. Bastava buscar outro caminho (BENEDICT, 1997, p. 256).

A opção japonesa desde o fim da Segunda Guerra foi a de fortalecer seus laços econômicos com os países vizinhos. Os países que hoje compõe a ASEAN se beneficiaram dos investimentos japoneses e hoje recebem o apoio nipônico no único fórum multilateral da região, a ARF. Este Fórum foi estabelecido em 1993 e sua função principal é desenvolver medidas cooperativas para fortalecer a estabilidade regional. Segundo sua carta constitutiva o fórum objetiva:

1. Fomentar o diálogo construtivo e a consulta diplomática nos temas de segurança e interesses e preocupações comuns e;

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

2. Contribuir significativamente para os esforços em direção a elevação da confiança e diplomacia preventiva na região da Ásia e Pacífico. [12]

A ARF tem a vantagem de não ter um país hegemônico. Nesse sentido é uma experiência interessante de um fórum realmente multilateral. No entanto, a desvantagem é ser composta majoritariamente por países pequenos (membros da ASEAN). É, portanto, difícil imaginar que Japão, EUA e principalmente a China vão preferir esse fórum como *locus* da discussão sobre assuntos de segurança. A ARF precisa de um ambiente *a priori* estável para funcionar bem, o que nem sempre é a realidade na Ásia Oriental. De acordo com Bessho:

> While the ARF has decided to move gradually from confidence-building to preventive diplomacy and ultimately, conflict-resolution, it seems unlikely that issues not of direct concern to ASEAN will be addressed seriously as long as the ARF remains the *ASEAN* regional Forum (BESSHO, 1999, p. 72).

Outro ponto que enfraquece a ARF é o fato desse fórum ser composto pelos ministros do Exterior. Enquanto não for um fórum composto por ministros da Defesa é improvável que questões de transparência e *confidence-bulding* se fortaleçam (MOCHIZUKI, 1997, p. 54). Apesar de ser o único fórum que reúne China e Japão, a ARF tem recebido pouca atenção da China e isso decorre fortemente da visão geopolítica chinesa acerca do seu ambiente externo.

China: A experiência chinesa desde o pós-guerra não promoveu uma adaptação ou reforma da visão chinesa sobre as relações internacionais. Como foi dito antes, se o Japão reformou suas instituições por meio de uma experiência compartilhada com o ocidente, o mesmo não pode ser dito com relação à China. O ambiente regional chinês mudou, mas o pensamento chinês sobre esse ambiente parece reificar a tradição política do Império Chinês entre os séculos XII e XVII.

O ressurgimento da China enquanto potência militar suscitou dúvidas sobre que tipo de poder os chineses desejavam ser. Apesar da teoria do "desenvolvimento pacífico" em um "mundo harmonioso" exposta pelos discursos do presidente Hu Jintao, o papel da China nas organizações

[12] "First ARF Chairman's Statement". Liberado em 18 de Jun. 2003. Disponível em: <http://www.aseanregionalforum.org >. Acessado em: 25 mai. 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

regionais de segurança sugere uma aproximação maior com o conceito de "periferia estável" das dinastias Ming e Qing.

A idéia de um fórum regional com a presença do Japão e dos EUA levanta dúvidas sobre a imparcialidade das decisões e os chineses se ressentem muito pelo passado de pilhagem e agressões que seu território sofreu. Essa "insegurança" chinesa torna ainda mais difícil qualquer mudança substancial em sua visão sobre as relações internacionais. Segundo Bessho (1999, p. 31):

> Several factors inform China's self image as a global power including its size, huge population and significant resources. The country's long and illustrious imperial history is also important. To its contemporaries, the Middle Kingdom was not simply Asia's largest state, but was the world itself ruled by an Emperor mandated by heaven. (…) Thus, China is not part of the Asia; Asia is China's periphery.

A centralidade da China no ambiente internacional é uma questão central no pensamento político chinês. O problema é que a mensagem enviada ao ocidente é ambígua, i.e., ao mesmo tempo em que a China ainda se vê como o "Reino do Meio", afirma ser um país de "desenvolvimento pacífico". A questão crucial é que não está claro se a China se move mais pelo *status quo* ou pela revisão deste.

Por meio de uma perspectiva histórica o ambiente de segurança chinês, ou pelo menos, o pensamento sobre esse ambiente, poderia ser entendido como um replicação do sistema estatal chinês durante a dinastia Ming e Qing. (entre os séculos XII e XVII) os pontos centrais desses sistemas eram: 1º) A China é considerada o centro do mundo (*zhongxin*, em mandarim: "coração do mundo"); 2º) A China precisaria de um ambiente estável no entorno do seu Reino do Meio para fortificar a sua estabilidade interna e prosperidade e 3º) O Imperador chinês seria generoso com os reinos menores e assim receberia o respeito desses (SPENCE, 1999).

As noções de estabilidade interna e externa permanecem importantes no pensamento estratégico chinês, pois é através dela que os líderes chineses enxergam o uso das organizações regionais de segurança e das relações internacionais em geral. O governo chinês precisa de "*stability in the imediate periphery of China (wai nen) to ensure its growth and development*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

internally (nei wen). (…) Such is the necessary symbiotic relationship between the two stabilities" (CHEOW, 2006: 4).

A atualidade desse pensamento se verifica na opção chinesa em não fortalecer o ARF, fórum no qual a China não tem o poder de definir a agenda. A SCO (Shangai Cooperation Organization) foi estabelecida em 1995 e seu propósito inicial era a solução das disputas territoriais chinesas. Tendo em mente os conceitos de estabilidade interna e externa, fica fácil entender a opção chinesa pelo SCO. A China define a agenda do SCO, pois essa organização é uma criação da política externa chinesa. Através dessa organização o governo chinês reifica e implementa as noções ancestrais da China enquanto "Reino do Meio".

A SCO, em outras palavras, aplica e adapta os conceitos *wai wen* e *nei wen* (estabilidade interna e externa) das dinastias Ming e Qing para as relações internacionais contemporâneas. O problema fundamental é que o contexto da segurança regional asiática, ou periferia de acordo com o pensamento dinástico chinês, mudou muito depois da Guerra Fria. Os países da ASEAN não se vêem mais como periferia da China como no século XVII. A falta de interesse da China em um fórum multilateral praticamente extingue a possibilidade de uma organização regional de segurança efetiva:

> The SCO is so far the only security organization that Beijing has created or founded thus far (for stability sake, no doubts), whereas Beijing was brought on board the ARF, at one stage, against its own inherent interests and needs as it was even critical of China's role, participation and commitment to the ARF process in the 1990's. The secretariat of the SCO is based in Shangai, China, whereas Beijing's "ownership" of and influence within the ARF are at best, very weak. (…) Unlike SCO, the Asia-Pacific zone does not present the same dangers or urgency of potential instability to China, unlike Central Asia in the post-Sep 11 scenario and in China's own domestic struggle in putting down the Uighur separatist insurgency in Xianjiang Province at the time (CHEOW, 2006, p. 12).

De acordo como o pensamento estratégico chinês a ARF não garantiria a simbiose entre as estabilidades externa e interna presentes no pensamento político chinês. Enquanto os dois principais atores na área de segurança regional da Ásia Oriental permanecerem em um contexto de "rivalidade persistente" e com visões díspares sobre a geopolítica regional, o prospecto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

para a efetividade das organizações regionais de segurança permanecerá como é hoje, ou seja, fraco e com um baixo nível de institucionalização.

4.2.4.
Poder Agregado

A variável poder agregado considera indicadores como as capacidades militares, coesão social, produção industrial e população. Em suma, os indicadores que medem as capacidades materiais e não-materiais do Estado. O caso da China está, sem dúvida, relacionado à expansão do poder agregado. Desde as reformas econômicas promovidas na década de 1970 a China têm mantido altas taxas de crescimento econômico. Atualmente, a China já é a quarta potência econômica mundial.

Para fins desse trabalho, a fator de primordial importância a ser verificado é o grau em que o poder agregado gera uma percepção de ameaças por parte dos japoneses. Japão e China têm mantido relações econômicas vigorosas nos últimos anos. As tensões políticas entre os dois países encontram sua forma mais eficaz de amenização nas relações econômicas. Há, de fato, um interesse mútuo em não perder os benefícios das trocas comerciais entre os dois países.

> Os investimentos diretos japoneses também são importantes, situando-se entre os três maiores nos anos de 2005 e de 2006. Há a consciência de que suas relações com o Japão são importantes e procura manter boas relações com esse país. Por esse motivo, desde meados de 2006 têm sido fechados vários sites de internet com conteúdo anti-Japão na China (UEHARA, 2007, p. 03).

Interdependência econômica, no entanto, não é sinônimo de harmonia. No caso das relações sino-japonesas esse fato é percebido pela constante recordação do passado de interações violentas por parte dos chineses, inclusive em forma de protestos antijaponeses. Essa é uma questão importante, pois a interdependência econômica não é um objetivo superior à estabilidade interna do regime comunista chinês. Deste modo, os chineses tem interesses apenas parciais em limitar ou conter manifestações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

antijaponesas, uma vez que a própria origem da união de seu país está ligada à resistência contra os japoneses.

Nos últimos anos, os documentos anuais da política de defesa do Japão têm exaltado a Coréia do Norte enquanto principal ameaça. No entanto, analistas militares como Christopher Hughes (2005) e Michael O'Hanlon (1997) recordam que a fonte de ameaça primária é a China. O ex-diretor da Agência de Defesa do Japão (pouco antes da elevação ao status ministerial) do governo de Shinzo Abe afirmou que o crescimento do poder militar chinês é uma "*ameaça (...) e não importa o quanto o Japão gaste com defesa, não poderia competir com os chineses se esses adquirissem mais armas nucleares*." [13]

Embora a palavra "ameaça" tenha sido evitada nos documentos oficiais, fica evidente a opinião dos funcionários do alto escalão do governo japonês acerca do poderio militar chinês em declarações à imprensa. A preocupação, no entanto, está presente de forma clara desde 1999, o Relatório de Defesa deste ano cita "*a preocupação com o crescente número de navios chineses às margens do mar territorial chinês acusados de espionagem*".[14] Como comprovam os casos anteiormente citados sobre a invasão por parte de embarcações chinesas do Mar Territorial Japonês, inclusive tendo utilizado os chineses um submarino nuclear.

O poder agregado chinês, principalmente nos gastos militares pouco transparentes e no rápido crescimento econômico é acompanhado pelos japoneses bem antes da Coréia do Norte se tornar uma ameaça real a segurança do Japão. O quadro abaixo exibe alguns indicadores da importância do poder agregado chinês.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

[13] Agence France-Presse: "Japanese Defense Chief Says Military Growth Of China A Threat". Disponível em: < http://www.spacewar.com/reports/Japanese_Defense_Chief_Says_Military_Growth_Of_China_A_Threat_999.html > Acesso em 21 de maio de 2007.

[14] "Defense Report - 1999" Disponível em: < http://www.fas.org/news/japan/990728-japan.htm > Acesso em 21 de Agosto de 2007

Quadro 3.3.4 Países enquanto Percentual de Poder Agregado da Ásia Oriental					
	População	**Superfície**	**PIB**	**Gastos Militares**	**Exportações**
China	**65,2%**	**68,3**	**38%**	**35%**	**30%**
Japão	**6,8%**	**2,7%**	**45%**	**30%**	**45%**
Coréia do Sul	**2,4%**	**0,7%**	**7%**	**10%**	**8%**

Fonte: Adaptado de Seagal,(1996, p. 163).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

4.2.5.
Capacidades Ofensivas

A natureza ou finalidade ofensiva dos armamentos é algo difícil de definir. Trata-se de um debate dentro dos estudos estratégicos onde não há consenso. Thomas Christensen chega, por exemplo, a afirmar que uma das principais fontes para o dilema de segurança entre Japão e China reside nessa dificuldade de diferenciação entre armamentos defensivos e ofensivos (CHRISTENSEN, 2003, p. 26). O TMD do Japão é estritamente defensivo, embora os chineses o considerem ofensivo porque desequilibra a relação de forças regionais a favor dos japoneses.[15] Do mesmo modo, as aquisições de caças Mig-29 e Sukoi-27 pela China são embasadas pelo discurso de defesa nacional. Os japoneses não crêem nessa versão porque "*Air Power is inherently (although not only) offensive*" (BALL, 1994, p. 103).

[15] De qualquer modo é inconstitucional possuir armas ofensivas no Japão, armamentos usados exclusivamente para ataque. Por exemplo, as Forças de Auto-Defesa não tem o dieito de possuir mísseis intercontinentais, bombardeiros estratégicos ou porta-aviões ofensivos. **Japan Ministry of Defense**. *Constitution of Japan and Right of Self-Defense*. Disponível em: < http://www.mod.go.jp/e/d_policy/dp01.html >

Com as duas maiores potências regionais envolvidas em programas de modernização de suas forças militares o ambiente regional permanece uma anarquia hobbesiana. Duas razões principais fomentam esse ambiente perigoso. Em primeiro lugar o dilema de segurança a exposto anteriormente com o agravante do histórico de animosidades presente e, segundo lugar, pela ausência de um esforço de institucionalização da área da segurança regional que, em grande parte, também é resultado desse tipo de ambiente anárquico.

As aquisições chinesas contribuem igualmente para o incremento da percepção das ameaças por parte dos japoneses. No programa de reestruturação das forças navais chinesas, por exemplo, novos *destroyers* e fragatas foram adquiridas e a projeção do poder chinês no Mar do Sul da China também aumentou muito nos últimos anos por meio da construção de uma base aérea nas Ilhas Wood no Arquipélago disputado Paracel. Para manter tal projeção os chineses também adquiriram capacidades para reabastecimento aéreo e novos submarinos com maiores capacidades de permanecerem submersos por longos períodos (BALL, 1994, p. 84).

O principal razão para os temores japoneses reside no fato anteriormente citado acerca das doutrinas estratégicas chinesas. A ambigüidade sobre a real política chinesa de defesa é por si só, uma fonte de percepção de ameaças. Outro fator que gera ansiedade nos líderes japoneses é o risco de ser arrastado em um conflito militar envolvendo a China por conta de seus compromissos com a aliança com os norte-americanos. Em ambos os casos, a questão de Taiwan é um ponto central. O *status* da Ilha de Taiwan foi o pivô das crises de 1995-1996 entre China e EUA e atualmente continua sendo a principal fonte de possibilidades de conflitos envolvendo a China e a aliança militar Japão-EUA. Em um documento recente liberado pelo Ministério da Defesa e publicado no jornal japonês *Asahi Shimbun* as percepções de ameaças são descritas deste modo:

> "The China-Taiwan balance is becoming more advantageous for China," according to the report. For the first time, the white paper carried a graph comparing the number of modern fighter jets owned by China and Taiwan in the past few years. The paper also expressed concerns that the purpose of Beijing's military spending may be about more than just the Taiwan Strait. China's marine forces are "aiming to gain the ability to operate in further

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

> distant sea waters," the report said. China's is also "aiming to build up its combat capabilities to control air space over its forward deployment, as well as its capabilities for air-to-surface and anti-ship attacks," the paper said.[16]

Os japoneses são cuidadosos ao colocar a China enquanto ameaça real em documentos desse tipo. No entanto, após mais de uma década de incremento nas percepções de ameaças envolvendo os chineses, o papel da China enquanto fonte real de ameaça ao Japão não pode ser mais ocultado. Embora, japoneses e norte-americanos reconheçam que a indústria militar chinesa ainda detém um nível tecnológico bem inferior, isso não muda muito a percepção das ameaças pelo fato dos chineses possuírem armas nucleares e uma doutrina dobre dissuasão nuclear diferente daquela mantida por norte-americanos e russos durante a Guerra Fria. Alastair Iain Johnston captou esse problema ao citar trechos de um documento sobre estratégia militar da Academia de Ciência Militar chinesa:

> Second strike capability does not by any means imply passively suffering a beating. We must not wait until after the enemy's nuclear weapons explode, leaving confusion everywhere, before carrying out a nuclear counterattack (JOHNSTON, 1994, p. 205).

Johnston notou que há um sentimento de insegurança na China fruto do conhecimento de suas próprias capacidades, tidas como limitadas para cumprir os requerimentos da doutrina da Dissuasão Nuclear Limitada. (vide seção 4.2.2) Em outras palavras, os programas de aquisição e produção de armamentos ofensivos como mísseis intercontinentais continuam porque os chineses acreditam não ter ainda conseguido atingir o nível ideal para dissuadir as ameaças em potencial a integridade territorial chinesa.

Os esforços japoneses e norte-americanos exaltam a necessidade de manter a superioridade tecnológica diante da China para fins de dissuadi-los. Alguns analistas militares estudam as possibilidades de um conflito entre China e Taiwan para verificar o potencial ofensivo chinês em uma guerra convencional. Qualquer conflito no estreito de Taiwan envolveria facilmente

[16] Defense Report: China's military power gaining advantage over Taiwan's. *The Asahi Shimbun.* 07/06/2007. Disponível em <http://www.asahi.com/english/Herald-asahi/TKY200707060333.html> Acessado em 26 de Julho de 2007

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

os EUA. No entanto, a ambigüidade de Washington no momento da crise de 1995-1996 fez com que Taiwan aumentasse seus gastos para garantir sua própria defesa. Para analisar militarmente o possível conflito, Michael O'Hanlon fez um amplo estudo sobre as possibilidades de a China conquistar Taiwan através do único meio possível: um ataque anfíbio.

Em suas conclusões, o autor afirma que a China não poderia conquistar Taiwan mesmo se os EUA não interviessem. Para embasar sua explicação o autor ordena os principais elementos para um ataque anfíbio de sucesso e verifica as capacidades de ataque e contra-ataque dos dois lados.

> Primeiro o invasor deve possuir superioridade aérea. Segundo, o invasor deve tentar desembarcar de surpresa e dar suporte, por meio da artilharia, as suas tropas em lugares onde estarão em menor número e terceiro, ser rápido na tomada de posições para que as defesas inimigas não tragam tropas adicionais e as fortaleçam. (O'HANLON, 2000, p. 02).

Em princípio, essas considerações militares podem parecer abstratas, mas se levarmos em consideração que esses princípios descritos por O'Hanlon ratificam vitórias militares através da história, chegaremos a uma visão mais clara e objetiva da validade dos princípios básicos para uma invasão anfíbia.

Se colocarmos esses princípios no caso específico de uma possível invasão chinesa, conforme fez O'Hanlon, notaremos que as deficiências são maiores do que em outras ocasiões históricas como na Guerra das Malvinas em 1982, Galipoli em 1915 ou ainda na Normandia em 1944. Isso quer dizer que a China não detém superioridade aérea suficiente sobre Taiwan e nem mesmo poder de fogo suficiente para ocupar a ilha.

O exército chinês é bem mais numeroso, mas a possibilidade de levar a cabo uma invasão anfíbia diminuiria drasticamente qualquer número. Além disso, apesar de deter superioridade naval em termos numéricos, a China não detém superioridade tecnológica, tanto em sua frota de superfície quanto em sua frota de submarinos. A razão disso é simples: Taiwan recebe apoio militar dos EUA e faz parte de um seleto grupo na Ásia Oriental (os outros são Japão e Coréia do Sul) que compra equipamentos militares norte-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

americanos sem grandes restrições. Um relatório da Agência de Inteligência do Pentágono destaca as deficiências da indústria militar chinesa:

> (...) dado o modesto tamanho dos recursos de defesa chineses – especialmente quando comparados com uma grande força militar – a Agência de Inteligência do Pentágono estima que apenas 10% das forças armadas chinesas terão equipamentos com tecnologia da época do final da Guerra Fria.[17]

Esses dados são compilações de estudos militares sobre as capacidades dos possíveis rivais dos EUA. O Departamento de Defesa norte-americano elabora dezenas de documentos desses todos os anos. Além disso, há várias revistas especializadas em assuntos militares que também fornecem materiais interessantes para os analistas de Washington.

Faz-se necessário lembrar que os dados militares orientam fortemente a política externa. As projeções feitas pelos analistas dizem se um determinado país está ou não modificando o seu *staus quo* ou se tem pretensões expansionistas que podem desequilibrar a já precária balança de poder. Desta forma é dada a preocupação de Washington com a Ásia Oriental e, nesse estudo específico, com a instabilidade do Estreito de Taiwan.

No momento da crise de 1995-1996 a política de ambigüidade norte-americana foi vista por democratas e republicanos no congresso de formas distintas. Os democratas entendiam essa ambigüidade como salutar, pois essa política ajuda a coibir os dois lados a não chegarem às vias de fato. Historicamente, os EUA têm atuado dessa forma e, assim, mantido Taiwan longe de grandes riscos (SANTORO, 2003. p. 70).

O mesmo raciocínio é válido para a política de vendas de armas de alta tecnologia à Taiwan. O presidente Clinton foi cauteloso nesse assunto, porque a chance de Taiwan se sentir forte o suficiente e ainda, com o suporte norte-americano, poderia levá-los a agir de forma mais provocativa. Os republicanos queriam o oposto e aprovaram em 2000 o "Ato de Apoio à

[17] Lt. Gen. Patrick M. Hughes, "Global Threats and Challenges: The decades Ahead", statement for the Congressional Record, Defense Intelligence Agency, Washington, D.C., Frebruary 1999, p. 10

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

Segurança de Taiwan" que pretendia vender as armas que Taiwan requisitasse.

Ao analisar as capacidades militares envolvidas e as conseqüências políticas de um conflito no Estreito de Taiwan para a balança de poder regional, fica fácil perceber o porquê da diplomacia prevalecer até então. Segundo Michael O'Hanlon, (2000, p. 15) as conseqüências para a China seriam demasiado pesadas para seguir com tal propósito:

> Em termos políticos, atacar Taiwan seria extraordinariamente arriscado para o atual regime de Beijing. Ele (o regime chinês) perderia grande parte de suas forças de elite, grande fração de suas capacidades de transporte estratégico, aviões de combate e forças navais em tal ataque. O governo chinês que tentasse tal invasão poderia cair com severas conseqüências que essa tentativa traria.

Michael O'Hanlon conclui de forma pessimista seu estudo sobre a possível, mas não provável, aventura chinesa no Estreito de Taiwan:

> Minhas conclusões sugerem fortemente que a China não conquistaria Taiwan, mesmo sem a intervenção das forças armadas dos EUA no conflito. [...] Globalmente, uma tentativa chinesa de invasão seria como uma versão em larga escala da invasão da Baía dos Porcos de 1961 por exilados cubanos treinados pelos EUA (O'HANLON, 2000, p. 16).

O estudo da ciência militar é importante para entender os possíveis danos a balança de poder regional. Um ataque anfíbio chinês para conquistar Taiwan seria um "fator perturbador" de grandes dimensões para a segurança regional, além de conter riscos incalculáveis a estabilidade do regime chinês e também ao propósito norte-americano de conter a ascensão de grandes potências na Ásia Oriental.

Ainda no contexto de intimidação da Ilha de Taiwan a China promoveu, além das manobras navais, testes com mísseis balísticos nos mesmos anos cruciais de 1995 e 1996. O governo do Japão demonstrou preocupação com relação à China e identificou os testes como "atos agressivos prejudiciais a estabilidade regional".

Em 1995 a China realizou testes nucleares desconsiderando os acordos bilterais estabelecidos com o Japão para o banimento de testes. Nesse mesmo ano à China realizou operações militares no Mar do Sul da China em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

desacordo com um acordo com os países da ASEAN.[18] E, por fim, entre 1995 e 1996 a China promoveu exercícios militares com mísseis no Estreito de Taiwan, causando um princípio de crise que envolveu os EUA. O Defense White Paper do Japão no ano de 1995 já expressava preocupação com as ações chinesas (SEAGAL, 1996, p. 178).

Após às ações descritas acima, o governo japonês aumentou o tom em seus documentos. Logo após o teste com mísseis balísticos realizado pela China em 1995, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Japão afirmou que: "*On a number of occasions, we have conveyed to the Chinese Government that it was our hope that China would be forthcoming about giving greater transparency to its policies*". [19]

Nesse mesmo ano o chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores afirmou que:

> It is extremely regrettable that the People's Republic of China conducted another Nuclear test on August 17, following the one in May this year, in spite of the decision made on the utmost restraint on nuclear testing at the 1995 NPT Review and Extension Conference, at a time when Japan and the international community have renewed their desire for peace and nuclear disarmament on the fiftieth anniversary of the end of World War II and the atomic bombing. Japan has always regarded the nuclear test ban as one of the highest priorities in the field on nuclear disarmament, and it is very seriously concerned that China has conducted another nuclear test today, despite Japan's repeated request for the suspension of nuclear testing. Japan strongly urges China not to repeat nuclear testing in future. It is also very important that all the nuclear weapon states refrain from conducting nuclear tests. Japan, while strongly urging nuclear-weapon states and other countries concerned in the Conference of Disarmament to complete the negotiation on a Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty no later than 1996, intends also to continue making efforts on it's part. [20]

O fato significativo posterior as ações chinesas consideradas agressivas e ameaçadoras à estabilidade regional foi a interrupção da ajuda financeira e

[18] Para descrição desses fatos vide seção 4.2.2.
[19] MOFA – Ministry of Foreign Affairs: Press Conference by Press Sec. 2 June 1995. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/announce/press/1995/6/602.html#3> Acesso em 18 de Junho de 2008.
[20] MOFA – Ministry of Foreign Affairs: Comment by Chief Cabinet Secretary on China's Nuclear Testing. August, 17, 1995. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/announce/announce/archive_2/nuclear.html> Acesso em 18 de Junho de 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

todos projetos de cooperação econômica com a China mantendo apenas a ajuda financeira em casos de tragédias humanitárias. O resultado foi uma guerra de declarações entre os dois governos. Outro influente político no Japão, Ishihara Shintaro, atual governador de Tóquio, exaltou o nacionalismo japonês ao afirmar que o Japão deve reconhecer a China enquanto uma séria ameaça. Em uma entrevista à Agência de Notícias Bloomberg Ishihara afirmou que: "*O Japão precisa reconhecer a China enquanto ameaça econômica e militar e deveria rasgar a constituição para enfrentar o desafio*".[21]

Uma novidade recente é o fato do *Defense White Paper* japonês de 2008 mencionar uma nova forma de ameaça proveniente d China. O relatório exorta que "*a China tem o interesse de promover a guerra eletrônica (cyber warfare) e parece estar organizando e treinando um departamento específico de guerra eletrônica*". [22]

***

Nessa seção verifiquei tanto o potencial ofensivo chinês quanto suas deficiências. Ocorre, contudo, que a análise sobre as possibilidades de um conflito envolvendo Taiwan serve mais para medir as conseqüências do que as ameaças. A avaliação japonesa e norte-americana sobre as deficiências militares chinesas não diminuiu suas percepções de ameaças acerca do regime comunista chinês, mas ao contrário, foi aumentada porque percepções de ameaças não respondem apenas a estímulos originados por avaliações de capacidades materiais, mas também pelas intenções como ficou comprovado pelas declarações das autoridades japonesas expostas nesse capítulo.

[21] Boomberg News: "O Japão está ameaçado pela China e por sua timidez". Disponível em: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601087&sid=aqkKn5G.sOhk> Acesso em 18 de Junho de 2008.

[22] The Daily Telegraph. Japan's Releases Defense White Paper. Disponível em: < http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/japan/2688873> Acesso em 28 de Agosto de 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

No caso chinês, há uma doutrina militar ambígua que ora afirma ser pacífica e defensiva e em outros momentos defende o uso de estratégias de ataques preventivos inclusive com uso de armas nucleares táticas. As percepções de ameaças japonesas também são informadas pelo amplo programa de modernização das capacidades ofensivas chinesas que buscam diminuir o vácuo entre o poderio mais numeroso do que qualitativo chinês e as capacidades militares da aliança Japão-EUA.

4.2.6.
Proximidade Geográfica

A localização geográfica da China é outra variável importante para a avaliação das ameaças geradas pela conduta chinesa. Por sua área geográfica gigantesca a China abarca grande parte da Ásia Oriental e Central. A China antiga era conhecida como "Reino do Meio" e muitos estrategistas chineses atualmente ainda vêem a China como o país central tanto na geografia quanto na liderança. A posição geográfica da China contribui tanto para o incremento das percepções de ameaças japonesas quanto para a manutenção das disputas territoriais na Ásia Oriental, quase todas ligadas direta ou indiretamente a China.

A proximidade geográfica precisa ser analisada junto com o papel das percepções de ameaças e pela influência do legado histórico entre os países. Mas a idéia lógica é de que ameaças entre países localizados proximamente um do outro viajam de forma muito mais rápida e, portanto, os cálculos para dissuasão e equilíbrio de poder entre países próximos geograficamente são mais severos. Sobre o caso da China, Richard Betts afirma que:

> Because of its bigness and central location in regional geography, China evokes the structural theory of the German problem; even without evil designs, the country's search for security will abrade the security of surrounding countries. Geographically, the 'Middle Kingdom' is close to virtually everyone in East Asia. It is also the strategic pivot between the otherwise distinct subregions of Northeast and Southeast Asia. Individually, countries on the mainland cannot hope to deter or defeat China in any bilateral test of strength; collectively, they

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

> cannot help but worry China if they were to seem united in hostility (BETTS, 1993/94, p. 59).

A China atual está envolvida em várias disputas territoriais com os países da ASEAN (Ilhas localizadas no Mar do Sul da China como as Spralty, Paracel e Pescadores); com o Japão sobre as Ilhas Senkaku[23]; com a Índia em uma região leste da Caxemira; e a província chinesa de Xinjiang com população mulçumana e o Tibete, ambos considerados pelo regime chinês como possíveis fontes de instabilidade. Em princípio, algumas disputas territoriais podem parecer insignificantes. Contudo, as ilhas no Mar do Sul da China, por exemplo, detêm importância estratégica por suas reservas de petróleo e rotas de navegação marítimas que correspondem a 25% da passagem de navios em todo o mundo (GALLAGHER, 1994, p. 135).

No caso das Ilhas Senkaku, há uma disputa envolvendo China e Japão pela posse da soberania das Ilhas. A visão oficial emitida pelo governo japonês é que as ilhas eram inabitadas antes da anexação em 1895 e, portanto a posse japonesa das Ilhas é legítima. O governo chinês advoga que as ilhas são uma possessão histórica, geográfica e geológica. Depois do fim da Segunda Guerra, as Ilhas não foram incluídas dentro dos territórios renunciados pelo Japão. somente após a descoberta de reservas de petróleo importantes nos arredores das Ilhas é que os governos de Taiwan e da China começaram a levantar a questão do direito legítimo soberano japonês sobre as Ilhas.[24]

Outro problema ligado às disputas territoriais é a forma de negociação preferida pelo governo chinês. A China, como já foi dito antes, violou acordos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

---

[23] (…) China has been aggressive in strengthening its military power in recent years because it intends to be in an advantageous position at the time of any military conflict, thereby bringing Taiwan under control and displacing U.S. influence. (…) Thus, it is quite important that the new defense plan includes the enhancement of Japanese naval power and the defense capability of islands near Okinawa. The idea of using Shimoji Island as a military airfield comes from that strategic thinking. (…)Hokkaido was the most important strategic defense area during the cold war as it was near to the then Soviet Union, currently Russia. However, the cold war is over and the relationship with Moscow is good. Thus the potential threat should be assumed as being one coming from the south. Tokusaburo Tamazawa**: "**Japan must defend islands against threats from south"; *The Asahi Shimbun*. 2005/2/14 Disponível em: <http://www.asahi.com/english/asianet/kisha/eng_kisha_017.html> Acessado em 28 de julho de 2007.

[24] Ministry of Foreign Affairs of Japan: "The Basic View on the Sovereignty over the Senkaku Islands". Disponível em: < http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/senkaku/senkaku.html > Acesso em 29 de Abril de 2008.

internacionais de não-uso da força para solução dessas controvérsias e continua afirmando que detém o direito de usar de todos os meios para manter a integridade territorial de sua nação. A China não ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (SEAGAL, 1996, p.169). O governo chinês, portanto, não reconhece nenhuma arbitragem internacional sobre disputas territoriais envolvendo seus interesses. Além disso, o local dessas negociações tem sido o SCO, um fórum sob liderança chinesa. A figura abaixo apresenta as principais disputas territoriais nas quais a China está envolvida.

Fonte: Le Monde Diplomatique. Disponível em: < http://mondediplo.com/maps >

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

***

O caso da China enquanto ameaça foi apresentada nas seções acima dentro de um esquema elaborado por Stephen Walt (1987) que considera em sua teoria da balança de ameaças as variáveis poder agregado, capacidades ofensivas, proximidade geográfica e intenções agressivas para refinar a tradicional teoria da balança de poderes. Dentro de cada uma dessas variáveis, como foi exposto, é possível identificar o grau em que a China é percebida enquanto uma ameaça pelo Japão.[25]

As estratégias mais exploradas pelos analistas políticos para lidar com o crescimento da China são geralmente duas. Em primeiro lugar há os defensores do engajamento da China (*engagement*). Estes argumentam que a China pode ser neutralizada enquanto ameaça ao *status quo*, por meio de incentivos para participação ativa na sociedade internacional. Os defensores do engajamento acreditam nas idéias do liberalismo econômico e, portanto, desconsideram ou minimizam o pensamento em termos de balança de poder ou ameaças. Isso ocorre porque, de acordo com a idéia do engajamento, os Estados terão estabilidade proveniente da interdependência econômica (MOCHIZUKI, 1997, p. 31; SEAGAL, 1996, p. 159-160).

Em segundo lugar, estão aqueles que defendem a contenção da China (*Containment*). Estes crêem que a China, seja por seu histórico de interações e atitudes recentes, é um Estado revisionista e, portanto, tende a ser agressivo. Os "falcões" da administração de Bush, redatores da doutrina estratégica norte-americana relatam a China enquanto uma "ameaça potencial" ou "futura rival" e, por isso, a incluíram dentro de uma estratégia de contenção. De fato, mesmo durante a era Clinton, quando a estratégia preferida para lidar com o crescimento da China era o *engagement*, a prática era a *containment,* tanto no discurso que enfatizava a necessidade de se evitar a ascensão de um *hegemon*

[25] Por possuir um histórico de interações violentas com boa parte de seus vizinhos, disputas territoriais em andamento, doutrina estratégica considerada ambígua e por vezes ofensiva e, por fim, um regime político autoritário, a China é percebida como ameaça não somente pelo Japão, mas pela maioria dos países da ASEAN, Coréia do Sul e Índia. Não é o objetivo desse trabalho, contudo, explorar as várias interações conflituosas entre a China e seus demais vizinhos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

na Ásia Oriental como nas respostas navais norte-americanas às manobras militares chinesas no Estreito de Taiwan em 1995. [26] (MOCHIZUKI, 1997, p. 31; SEAGAL, 1996, p. 159-160).

Tanto a estratégia do *engagement* quanto a *containment* são categorias da Guerra Fria e, deste modo, consideradas insuficientes para lidar com o crescimento da China. Gerald Seagal (1996), por exemplo, afirma que uma estratégia mais adequada seria uma união das duas estratégias naquilo que ele chama de "*Constrainment of China*" (confinamento). Essa idéia explora as falhas da contenção apenas que pode gerar isolamento da China e tornar as ações chinesas ainda mais agressivas e também critica o *engagement* pela sua crença nos resultados da interdependência econômica, como os eventos no Estreito de Taiwan em 1995 e no Mar do Sul da China provam, a interdependência econômica não evitou que a China agisse de forma agressiva como a teoria previa.

A estratégia de *constrainment* lida com pressões por parte dos países vizinhos da China, não somente na aquisição de capacidades para tanto, mas também na disposição de demonstrar a China que não estarão dispostos a tolerar ações que visem a desestabilizar o *status quo* regional. As pressões limitadas tanto punem quanto recompensam a China por suas ações, mas sua lógica lida com pressões em concerto, ou seja, os países da China precisam estar alinhados para a melhor eficiência dessas pressões.

4.3. Percepções de Ameaças: O Caso da Península Coreana

Neste capítulo busco na primeira seção avaliar o histórico de evolução das crises na Península norte-coreana. Basicamente as políticas agressivas que geraram apreensão no Japão e em seu principal aliado, os EUA. Na segunda seção analiso as reações japonesas aos testes com mísseis balísticos realizados pelo regime norte-coreano e o incremento nas percepções de ameaças por

[26] De acordo com Seagal (1996, p. 159) a Marinha dos EUA enviou um porta-aviões à região. A resposta foi entendida como uma séria mensagem a China de que os EUA não estariam dispostos a observar passivamente a uma mudança no *status quo* regional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

parte do Japão. Na terceira seção apresento as respostas militares à ameaça norte-coreana e por fim, identifico o programa de mísseis balísticos norte-coreanos à luz da teoria da balança de ameaças e suas variáveis principais.

4.3.1.
Resquícios da Guerra Fria: Histórico da Evolução das Ameaças

O regime norte-coreano é um resquício da Guerra Fria e apresenta uma das sociedades mais fechadas do mundo. Atualmente a situação geopolítica da Península Coreana é apontada como o maior elemento perturbador da balança de poder da Ásia Oriental, por estar ligado aos interesses dos maiores países da região.

No final da Segunda Guerra Mundial, os EUA se preocupavam com a influência comunista e, depois da vitória de Mao Tsé-tung na China, isso só aumentou. A Guerra da Coréia (1950-1953) foi resultado dessa política norte-americana para a região. A guerrilha que atuava na Manchúria pretendia unificar a Coréia, mas a intervenção dos EUA pôs um fim a essas aspirações (SPENCE, 1999, p. 322).

A guerra findou com um armistício assinado em Genebra e, desde então, se estabeleceu uma divisão entre as duas Coréias marcada pelo paralelo 38. Kim Il-Sung assumiu a liderança no lado norte e implantou a filosofia *Juche*, algo como o *Xinto* no Japão, ou seja, uma religião oficial que preza pela "auto-suficiência" e o "controle sobre o próprio destino". Essa foi a linha adotada pela Coréia do Norte (SILBERT, 2003, p. 03).

A região não conseguiu se adaptar ao fim da Guerra Fria e aqueles que apostavam em uma reunificação nos moldes da Alemanha estavam errados. No entanto, o ambiente era promissor para novas propostas de reunificação ou, ao menos, para um propósito mais imediato, um acordo de paz que substituísse o armistício.

O processo de paz após a Guerra Fria passou por momentos distintos de cooperação e crises. Com a eleição de Kim Dae-Jung na Coréia do Sul, os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

passos para um entendimento começavam a crescer, porque ele faz parte de uma geração renovada de políticos sul-coreanos que participou da redemocratização do país. Enquanto isso, o presidente Clinton dava sinais de aproximação com o regime norte-coreano (SANTORO, 2003, p. 54).

Ocorre que a dificuldade de adaptação do regime norte-coreano é resultado de uma divergência entre o interesse do país e a nova lógica do pós-Guerra Fria. Principalmente após a Guerra do Golfo, a Coréia do Norte passou a ser reconhecida como um "Estado fora da lei" ainda na administração de Bush e segundo Jaime Silbert, a Coréia do Norte quer apenas fazer seu regime autoritário sobreviver e vive com medo de uma interferência de forças superiores como os EUA. A estratégia norte-coreana, desta forma, prefere o isolamento a um processo de internacionalização que enfraqueça seu regime ditatorial.

> O reconhecimento do regime sul-coreano por parte da URSS em Setembro de 1990 e a desintegração em 1991 desta potência mundial aliada da Coréia do Norte, obrigaram a está última a fazer mudanças que garantiram sua sobrevivência tanto como regime político como estado soberano. Talvez foi desde esse momento que a Coréia do Norte decidira construir armas nucleares como recurso dissuasivo frente ao que parecia ser uma crescente situação de vulnerabilidade (SILBERT, 2003, p. 06).

Esse forte sentimento de vulnerabilidade gerou a primeira grande crise depois da Guerra Fria. Em março de 1993 a Coréia do Norte anunciou que se retiraria do Tratado de Não Proliferação Nuclear criando um clima de tensão na Península. Além disso, a Coréia do Norte rechaçou a intenção da International Atomic Agency (IAEA) (em português, Agência Internacional de Energia Atômica) de realizar "inspeções especiais".

Durante os meses de crise na Península Coreana, a morte do líder Kim Il-Sung em 1994 e uma nova orientação de Clinton para solucionar o conflito destacam-se como fatos importantes. Clinton teve como mediador o ex-presidente James Carter que foi a Pyongyang em junho de 1994. As negociações envolveram, além da Coréia do Sul, a China e o Japão e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

resultaram em um acordo [27] (*Agreement Framework*) no qual a Coréia do Norte se comprometia a congelar seu programa nuclear em troca de ajuda financeira e energia.

O problema é que a diplomacia não garantia a confiança do Japão e da Coréia do Sul, que ainda suspeitavam fortemente que o regime do novo líder norte-coreano Kim Jong-Il continuava a enriquecer urânio na usina nuclear de Yongbyon. Contudo, o caminho para uma reaproximação após o acordo parecia voltar com a eleição do novo presidente sul-coreano Kim Dae-Jung em 1997 (HWANG, 2003, p. 2).

Kim Dae-Jung orientou sua política para a Coréia do Norte por vias diplomáticas, longe da confrontação. Ele inaugurou a "Política Brilho do Sol" (Sunshine Policy) e obteve um resultado espetacular em 2000 ao visitar Pyongyang e firmar acordos com o país vizinho. Os acordos pretendiam gerar contratos comerciais entre os países, estabelecer um acordo de paz e facilitar a reconciliação entre os dois países (SILBERT, 2003, p. 03).

A *Sunshine Policy* e os esforços de Clinton em conter as aspirações nucleares norte-coreanas pareciam ir bem, mas a insegurança permanente de um regime quase falido, como é o norte coreano continuaram. A presença militar superior norte-americana a poucos quilômetros da fronteira e a ausência de aliados, mais uma vez fizeram com que a Coréia do Norte partisse para sua já conhecida estratégia: primeiro coação e depois negociação.

Dessa vez a Coréia do Norte causou um medo maior nos países da região, principalmente a Coréia do Sul e o Japão ao realizar testes com mísseis. Primeiro um míssil de médio alcance conhecido como Nondong que caiu no mar do Japão e depois um míssil de longo alcance chamado de Taepodong que atravessou o território japonês em agosto de 1998. Esse último lançamento causou uma virada histórica na opinião pública japonesa, que desde então tem apoiado o novo nacionalismo nipônico.

[27] "Acordo Quadro entre os Estados Unidos da América e a República Democrática Popular da Coréia do Norte". Assinado em 21 de Outubro de 1994. Disponível em: < <www.kedo.org/pdfs/AgreedFramework.pdf> Acesso em 05 de Maio de 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

Após essa nova crise o Congresso norte-americano pressionou o governo a mudar a política exterior para a Coréia do Norte. O resultado foi o nomeação de Willian Perry, um ex-secretário de defesa para elaborar um relatório. O relatório editado em 1999 concluiu que os EUA deveriam intensificar o engajamento com a Coréia do Norte. Os resultados desse relatório não foram satisfatórios, mas, ao menos, uniu de forma mais precisa os EUA, Coréia do Sul e Japão em consultas regulares.

Para o Japão o "Relatório Perry" foi importante, pois trouxe de volta o país para o sistema de consultas. O Japão havia ameaçado sair das negociações após o novos testes de mísseis em 1998. Em setembro de 1999 a administração Clinton reuniu em Berlim seus aliados e representantes norte-coreanos para um novo acordo. Os princípios eram os mesmos do *Agreement Framework* de 1994, ou seja, parar os testes com mísseis em troca de assistência econômica (HWANG, 2003, p. 3).

Essa política foi duramente criticada pelos republicanos. Eles consideravam a postura de Clinton um estímulo para Pyongyang produzir armas nucleares e barganhar mais concessões. Segundo esse pensamento contrário ao engajamento de Clinton, dar dinheiro ao regime norte-coreano é como dar armas para o inimigo. Maurício Santoro lembrou esse fato ao afirmar que:

> Clinton foi duplamente atacado pelos republicanos. Primeiro, por negociar com um "Estado Bandido" que deveria ser tratado de forma dura, como uma ditadura comunista. Segundo, por ter sido supostamente enganado pela Coréia do Norte, que teria se valido da ingenuidade norte-americana para obter ajuda econômica e, simultaneamente, prosseguir com sua política armamentista (SANTORO, 2003, p. 55).

A crítica dos neoconservadores à política externa de Clinton para a Coréia do Norte aliada às constantes chantagens do regime de Kim Jong-Il provocaram uma reação mais forte, principalmente após a eleição de George W. Bush. Japão e Coréia do Sul deram passos nunca antes pensados em direção a um acordo de segurança e os gastos militares desses dois países aumentaram para aquisição de equipamentos mais sofisticados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

No fim, nota-se que a política de ambigüidade mantida na era Clinton foi uma solução mais prática ao alcance de Washington. A "doutrina Bush" padece diante de seu antecessor, porque afeta seus aliados ao sacrificar seus vínculos incipientes de cooperação para engajá-los em uma estabilidade precária mantida por níveis crescentes nos gastos militares.

Os EUA encontrariam na Coréia do Norte uma espécie de teste para sua doutrina, ou seja, uma forma prática para verificar quais eram os limites para a hegemonia norte-americana e de que forma a política externa dos neoconservadores poderia se adaptar a um "Estado Bandido" armado com armas de destruição em massa reais e não apenas na teoria.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

4.3.2.
Percepções Japonesas acerca das Intenções Agressivas Norte-coreanas

O Japão confiava no seu maior aliado para conter as provocações norte-coreanas após os testes realizados em 1998. Contudo, o incremento nas percepções de ameaças japonesas acerca do regime norte-coreano recrudesceu quando George Bush chegou ao poder, pois os avanços nas negociações diplomáticas foram substituídos por uma estratégia de confrontação. Nas palavras de James Silbert, George Bush:

> [...] desconheceu quase imediatamente os acordos de 1994 e os insultos e agressões verbais contra a Coréia do Norte e seu líder Kim Jong-Il se repetiram continuamente. É importante destacar que isso ocorria mesmo antes dos atentados de 11 de Setembro e da "Campanha mundial contra o terrorismo". O novo presidente dos EUA, George W. Bush desconhecia a política *Sunshine* do presidente Kim Dae-Jung, afastava toda possibilidade de diálogo construtivo com Pyongyang e, claro, apostava suas cartas no crescimento e predomínio do conflito (SILBERT, 2003, p. 12).

A reação do regime norte-coreano foi a de se tornar mais agressivo. A Coréia do Norte realizou mais testes com mísseis no Mar do Japão em 2003 e 2006. Todos foram entendidos como uma séria provocação pelo governo japonês. O endurecimento das reações japonesas, tanto nas declarações

oficiais quanto no incremento de seu poderio militar estão intimamente relacionados à essa nova percepção de ameaças vinda da Coréia do Norte.

As palavras relacionadas à ameaça que antes eram evitadas, assim como no caso da China, passaram a aparecer com mais freqüência nos documentos liberados pelo governo japonês. Na declaração imediatamente após o lançamento de mísseis pela Coréia do Norte em 1998 realizada pelo porta-voz do governo japonês na época percebe-se a elevação do tom:

> This action directly affects Japan's security and as such presents a very serious situation of concern. It is also an act that is deeply regrettable from the viewpoint of the peace and stability of Northeast Asia and of the non-proliferation of weapons of mass destruction. Based on these viewpoints, Japan must reconsider its policy toward North Korea (NK) and take stringent responses in a firm manner. Also, coordination with the United States (US) and the Republic of Korea (ROK) shall be made. After consulting with US and ROK, progress on KEDO will be suspended for the time being.[28]

O tom duro presente nos documentos relacionados a política de defesa do Japão visando à Coréia do Norte também se explica pelo fato do governo norte-coreano ter abandonado as conversas diplomáticas estabelecidas por iniciativa japonesa. O governo norte-coreano desrespeitou a moratória de testes com mísseis estabelecida entre os seis países que se organizaram em um grupo para lidar com a crise na península coreana.[29] Em 2006, mais sete mísseis foram lançados próximo a Ilha de Hokkaido no norte do Japão.[30] A percepção de ameaças já elevada por parte dos japoneses desde 1998, continuou presente nos documentos oficiais liberados após o novo teste com mísseis norte-coreanos. O vice-ministro das relações exteriores, Shintaro Ito, afirmou no Conselho de Segurança da ONU que:

> The launches of missiles and other related activities conducted by the DPRK have been a matter of very serious concern for peace and security for Japan. These missile launches pose a direct threat to the security of Japan and other countries, in and of themselves, but the nature of the threat becomes far more serious, particularly in light of the DPRK's claim that it has developed nuclear weapons. The well known behavior of the DPRK as a leading proliferator of

[28] MOFA – Ministry of Foreign Affair of Japan: "Announcement by the Chief Cabinet Secretary on Japan's immediate response to North Korea's missile launch". Liberado em 1 de Setembro de 1998. Disponível em: < http://www.mofa.go.jp/announce/announce/1998/9/901-2.html > Acesso em 29 de Abril de 2008.

[29] Em inglês: "Six Party Talks" composto por Japão, EUA, Rússia, China e Coréia do Sul e Coréia do Norte.

[30] The Japan Times: "North Korea fires seven missiles into Sea of Japan". 06 de Julho de 2006. Disponível em: < http://www.japantimes.co.jp/cgi-bin/nn20060706a1.html > Acesso em 21 de Julho de 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

> ballistic missiles and related technology, among other unacceptable behaviors, should not escape our attention.[31]

Desde o final da Segunda Guerra Mundial o país não era ameaçado de forma tão preocupante e o governo obteve amplo apoio popular para apoiar medidas autônomas mais objetivas para lidar com essa ameaça. Mais uma vez, Tóquio requisitou sua aliança com os EUA e após os atentados de 11 de Setembro, Washington endureceu mais ainda sua postura com relação à Coréia do Norte, George Bush afirmou que:

> Nosso segundo objetivo é prevenir regimes que patrocinam o terror de ameaçar a América ou nossos amigos e aliados com armas de destruição em massa. Alguns desses regimes têm ficado bem quietos desde o 11 de Setembro. Mas nós conhecemos sua verdadeira natureza. A Coréia do Norte é um regime que está se armando com mísseis e armas de destruição em massa, enquanto esfomeia seus cidadãos.[32]

A política norte-americana para lidar com a Coréia do Norte foi dura desde o início do governo de George W. Bush. No entanto, a estratégia de manter até quatro frentes de guerras para substituir regimes propostas pelo secretário de defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, não foi posta em prática para lidar com o regime norte-coreano (RUMSFELD, 2002, p. 14).

Dois motivos podem ser destacados para essa permanência na retórica e manutenção das vias diplomáticas. Primeiro, o engajamento militar dos EUA no Afeganistão e depois no Iraque, tomando grande parte dos esforços e do orçamento das forças armadas para aqueles conflitos e segundo, a Coréia do Norte, apesar de mais fraca que seus vizinhos, tem um grande exército e há muito tempo desenvolve mísseis e alguns acreditam que já possua uma ou duas ogivas nucleares.

Por essas razões os EUA decidiram não levar adiante a "Guerra Preventiva" contra o regime de Kim Jong-Il. Esse fato mostra claramente que uma grande força militar, apoiada em armas de destruição em massa coíbem fortemente os "falcões" norte-americanos e suas ambições. Um conflito na

---

[31] MOFA – Ministry of Foreign Affairs of Japan: "Statement by H.E. Mr. Shintaro Ito Vice-Minister for Foreign Affairs of Japan At the Meeting of the Security Council". 1 de Julho de 2006. Disponível em: < http://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/n_korea/state0607.html > Acesso em 21 de Julho de 2007.

[32] Casa Branca, *State of Union Adress*, 29/1/2002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

região poderia levar a uma perda de vidas norte-americanas bem maior do que no Afeganistão ou no Iraque e o equilíbrio regional seria seriamente afetado. Algo contrário aos anseios do mais forte aliado dos EUA na região, o Japão.

O Japão adotou uma política mais assertiva e decidida para conter a Coréia do Norte. Em vias diplomáticas, a política externa japonesa inovou ao manter contato com o regime norte-coreano. Esses contatos resultaram na visita histórica do primeiro-ministro japonês Junichiru Koizumi à Pyongyang em 2002. Essa visita foi percebida pelos EUA como mais um passo em direção à maior autonomia da política externa japonesa relacionada aos temas de segurança.[33]

Na realidade, a política japonesa foi em duas frentes. Uma diplomática buscando o entendimento e cooperação econômica com a Coréia do Norte em troca do congelamento do programa nuclear e outra pautada no fortalecimento militar, de modo a firmar um papel mais ativo na aliança com os EUA. Essa postura de fortalecimento militar adotada por Tóquio produziu também uma maior aproximação com Seul, já que ambos agora, se sentiam mais ameaçados pela Coréia do Norte.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

4.3.3.
Respostas Militares às Intenções Agressivas

As crises na Península Coreana de 1994 e 1998, apesar de desestabilizarem o equilíbrio regional, contribuíram para dois acontecimentos importantes para a política exterior do Japão. Primeiro, uma maior cooperação na área de segurança com os sul-coreanos e segundo, um maior apoio dado aos partidários do Japão como "Estado Normal" *vis à vis* a uma queda no apoio dos partidários do "Estado Civil".

---

[33] Asia Source: "Koizumi Visits North Korea". Publicado em 16 de Setembro de 2002. Disponível em <http://www.asiasource.org/news/at_mp_02.cfm?newsid=86610>Acesso em 05 de Maio de 2008.

As relações do Japão com a Coréia do Sul sempre foram conturbadas e presas aos estigmas do passado. Japoneses e sul-coreanos ainda vêem uns aos outros com muitas desconfianças e preconceitos, mas os acontecimentos perigosos na Península Coreana ameaçando Seul e Tóquio serviram para que a desconfiança desse lugar, de forma morosa, mas firme, a uma cooperação militar entre os dois países com amplo respaldo dos EUA.

Nesse contexto de crise, o Japão reaprendeu a fazer política externa e, embora ainda necessite dos EUA para garantir sua segurança, deu passos importantes para mostrar à Coréia do Norte que Tóquio não estava disposta a aceitar mais ameaças à sua segurança.

Não se pode afirmar, contudo, que o Japão está voltando a ser o Japão guerreiro da Guerra do Pacífico onde os soldados e marinheiros seguiam literalmente o código Bushidô.[34] Mas o que podemos afirmar é que a ameaça externa impôs ao Japão uma nova orientação, mais nacionalista e autônoma nos assuntos de defesa. Essa nova conduta é apoiada pelos EUA que precisa de um Japão forte para conter a China.

> O Japão está claramente se movendo numa direção diferente. As Forças de autodefesa (FAD) vêm aumentando drasticamente seus gastos em mísseis, pedindo US$ 1,2 bilhões para tal em 2004, nove vezes mais do que o total gasto entre 1999 e 2003. As proibições do artigo 9 já começam a se dissolver (MATHEWS, 2004, p. 53).

Esse aumento considerável nos gastos com mísseis fazem parte do interesse japonês em participar do esforço norte-americano de dotar a região de um escudo antimísseis. Além disso, "pela primeira vez, em 1998 o Japão adquiriu satélites espiões dos EUA, algo impensável poucos anos antes." Os "falcões" japoneses, apoiando a "Doutrina Bush" consideram mesmo que o Japão venha a construir armas nucleares. Segundo o pensamento conservador japonês é bastante razoável que o único país que já sofreu um ataque nuclear na história tenha seu próprio arsenal atômico.

Todo esse conjunto de ações decorria da realidade do pós-Guerra Fria que tornou a burocracia japonesa menos tímida em adotar medidas que levem

[34] Código de conduta dos samurais que reza entre outros lemas: "não há honra maior do que morrer pelo Japão." (Lema dos Kamikazes).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

o Japão a atuar militarmente fora de suas fronteiras. As respostas demoradas e ambíguas da política externa já tinham mostrado ao Japão o quanto é perigoso negligenciar os assuntos de segurança. O caso da Península Coreana, segundo Eliot Kang, alterou a percepção da opinião pública japonesa e, como conseqüência, a política externa.

> Lidando com o problema da Coréia dividida no pós-Guerra Fria, o Japão tem tomado posturas muito mais variadas e pró-ativas se comparadas com aquelas do passado. O Japão tem dado apoio a vários esforços diplomáticos para construir um ambiente seguro e confiável na Península Coreana; por outro lado tem também expandido suas opções de ação militar unilateral (KANG, 2001, p. 03).

Desde o teste com mísseis de longo alcance Taepodong, o Programa de capacidade de Defesa de médio prazo, adotado pelo Japão em 2001 pretende dotar as Forças de Autodefesa do país com equipamentos de superioridade tecnológica com a clara intenção de persuadir novas fontes de ameaças. Além disso:

> [...] em março de 1999, o diretor geral da Agência de Defesa do Japão, Norota Hosei, disse à Comissão de Defesa do parlamento (Dieta) que o Japão tinha o direito de realizar ataques militares preventivos se fosse ameaçado por um ataque de mísseis iminente. [...] a afirmação foi claramente feita como um alerta à Coréia do Norte contra novos testes de mísseis de longo alcance sobre o Japão (KANG, 2001, p. 04).

Esses desenvolvimentos da política externa japonesa parecem cada vez mais confirmar a visão neo-realista de que o Japão reemergiria como uma potência militar. A opção militar ainda não está comprovada, mas está claro que a postura pacifista do Japão já está em desuso, ao menos nos assuntos referentes ao ambiente de segurança da Ásia Oriental.

A nova face do Japão frente a ameaças à sua segurança é a de um país que tem um leque de opções. A orientação tem sido proporcional às ameaças, amena ou forte, de acordo com às necessidades. Outro exemplo de mudança de postura é a aproximação com a Coréia do Sul após os novos testes norte-coreanos com mísseis de longo alcance.

O primeiro elemento para essa aproximação em assuntos militares é a existência de uma ameaça comum. O modelo anteriormente citado como *quasi alliance* vigente desde a Guerra Fria parece não dar mais garantias de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

segurança aos dois países. Era preciso uma cooperação responsável e a superação das animosidades. Tóquio e Seul se mostraram muito interessadas em um novo acordo histórico de segurança entre os países que, de fato, reforçaria o "Tripé de Segurança" garantido pelos EUA.

A história das relações entre Japão e Coréia do Sul no pós-guerra sempre se basearam na contenção da ameaça soviética e no comprometimento com os EUA através de tratados de segurança. No entanto, como afirma Jihwan Hwang, "*apesar de dividirem as mesmas ameaças militares e políticas durante a Guerra Fria, eles nunca formaram uma aliança bilateral de segurança*" (HWANG, 2003, p. 2).

Durante o período da Guerra Fria, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, Japão e Coréia do Sul preferiram se concentrar em seus respectivos programas de fortalecimento da indústria de defesa, negligenciando uma aliança formal, pelos motivos históricos já citados que trazem à tona lembranças do colonialismo japonês.

A escolha do fortalecimento interno das forças armadas em detrimento de um acordo externo de segurança durante esse período foi maior do que a cooperação entre os dois países. Segundo Jihwan Hwang (2003, p. 04):

> Ambos, Coréia do Sul e Japão, concentraram-se mais em seus programas internos independentes de defesa do que na cooperação em assuntos de segurança um com o outro quando escolheram entre equilíbrio externo ou interno. Isso pode ser notado claramente em suas políticas de segurança após a tentativa de desengajamento dos EUA na Ásia Oriental na década de 1970, especialmente quando a "Doutrina Nixon" foi anunciada e quando Carter planejou retirar às tropas norte-americanas da Coréia do Sul.

Em resposta a essa possibilidade real dos EUA retirarem suas tropas, Japão e Coréia do Sul aumentaram significativamente seus gastos militares. Os dois países buscaram o apoio dos EUA para comprarem equipamentos militares e para melhorar a tecnologia de suas indústrias de defesa. O fortalecimento da capacidade militar de Japão e Coréia do Sul, contudo, apenas aumentou mais ainda o já delicado "dilema de segurança" regional.

As preocupações desses dois países em garantir sua segurança não foram resultado apenas da existência de uma ameaça externa considerável, mas, além

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

disso, também foi gerada pela desconfiança mútua, ou seja, resultado do "dilema de segurança". É importante notar, no entanto, que tanto o Japão quanto a Coréia do Sul, sabiam que se a situação na Península Coreana piorasse deveriam buscar maiores vínculos de cooperação. Esses vínculos se iniciaram ainda durante a Guerra Fria, após o medo da retirada das tropas norte-americanas.

O progresso do programa nuclear norte-coreano, a desintegração da União Soviética e as incertezas quanto ao papel que a China pode representar em um futuro próximo forçaram o Japão e a Coréia do Sul, enfim, a darem passos mais firmes em direção a um acordo de segurança. Em 1990, pela primeira vez, os dois países realizaram exercícios navais conjuntos e tem havido também um número maior de encontros entre autoridades de defesa dos dois países. Em 1997, um canal de diálogo bilateral formal foi estabelecido com uma agenda para transformá-lo em acordo.

Os países da aliança tridimensional mantida pelos EUA (Japão, Coréia do Sul e Taiwan) notaram o jogo da Coréia do Norte e perceberam que o tipo de regime, comunista-ditatorial, precisa de um tratamento mais firme e direcionado a persuasão. O medo de um ataque nuclear, desta forma, seria contrabalançado por uma demonstração de força superior de seus vizinhos, inclusive com armamento nuclear, o que estabeleceria uma "paz nuclearizada" na região.

Apesar das diferenças entre os dois países, a presença de um inimigo comum e de um aliado poderoso comum fortaleceu a idéia de que uma aliança entre Japão e Coréia do Sul seria essencial para contrabalancear qualquer ameaça chinesa ou norte-coreana. Atualmente, há uma demonstração clara de que os dois países não estão dispostos a tolerar novos testes de mísseis como os de 1994 e 1998 e as incertezas quanto à presença norte-americana permanecem fortes:

> O problema é que o engajamento contínuo dos EUA na Ásia Oriental não pode ser presumido por um limite de tempo indefinido. Além disso, as pressões orçamentárias do Congresso e um possível retorno do isolacionismo são fatores imprevisíveis que podem afetar a presença militar norte-americana na região. Se os EUA tentarem diminuir sua presença na região por qualquer razão e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

> mudar o peso do seu contrabalanceamento com a China por uma aliança regional, uma das melhores opções seria uma aliança multilateral incluindo Japão e Coréia do Sul (HWANG, 2003, p. 07).

A noção, cada vez mais presente dos líderes japoneses e sul-coreanos, de que perseguir o fortalecimento interno de suas forças de defesa sem cooperação externa por meio de acordos de segurança é nocivo a balança de poder regional, tem fortalecido a maturidade política de ambos os países. As possibilidades de uma corrida armamentista na região são bem mais reais sem esse acordo de segurança entre Japão e Coréia do Sul.

4.3.4.
Proximidade Geográfica, Poder Agregado e Capacidades Ofensivas

As demais variáveis que constituem o esquema de análise de ameaças percebidas podem ser agrupadas em um só tópico no caso da Coréia do Norte. A razão é simples: O Estado norte-coreano é altamente militarizado e por suas características *sui generis* é percebido por japoneses e demais vizinhos como a ameaça com a maior probabilidade de gerar um conflito militar na região no curto prazo. A proximidade geográfica, o poder agregado e as capacidades ofensivas estão fortemente ligados ao programa de produção de mísseis da Coréia do Norte.

A Coréia do Norte também parece ver o mundo onde a balança de ameaças desempenha um papel preponderante nas opções estratégicas. Quando os norte-coreanos optaram pela "barganha nuclear" utilizando o perigo das armas de destruição em massa, estavam atuando de acordo com o que a teoria da balança de ameaças chama de "equilíbrio indireto". Em outras palavras, um Estado pequeno e isolado pode contrabalançar as ameaças contra um Estado poderoso por meio de ameaças contra seus aliados.

Essa estratégia visa à sobrevivência e gera uma insegurança regional. No caso específico, trata-se da Coréia contrabalançando as ameaças dos EUA, mas o alvo real das capacidades ofensivas norte-coreanas não são os EUA,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

mas sim a Coréia do Sul e Japão, aliados vitais dos EUA. O meio encontrado pelos norte-coreanos foi à aquisição de mísseis balísticos e potencial nuclear em pequena escala para deter potenciais ameaças.

A Coréia do Norte não se adaptou a estrutura regional geopolítica do pós-Guerra Fria. Desde o fim da Guerra Fria os norte-coreanos não tem tido opções viáveis de alianças e, portanto, internalizaram a visão do mundo enquanto "*self-help*". A balança de ameaças promovida pelos norte-coreanos tem sido uma resposta a esse sentimento de isolamento e o meio encontrado foi um programa de larga escala de produção doméstica e aquisições externas de mísseis balísticos, a forma mais severa de capacidades ofensivas e potencial de percepção de ameaças. Bermudez (2005) resume o potencial das capacidades ofensivas desta forma:

> Today, the DPRK fields the largest ballistic missile force in the Third World and possesses nascent SLV and ICBM capabilities. It is arguably also the world's greatest proliferator of ballistic missile systems, technologies, and components. These proliferation activities provide the DPRK with a large proportion of its foreign trade and are the sole positive component of its ailing economy. Barring momentous domestic or international political developments, the DPRK will continue to pursue its ballistic missile program and sales for the foreseeable future (BERMUDEZ, 2005, p. 33).

O arsenal de mísseis balísticos adquiridos pela Coréia do Norte é impressionante e tem sido constantemente citado nos documentos de política de defesa do Japão. Trechos citando a ameaça norte-coreana reafirmam a necessidade de se levar a sério o perigo de um conflito militar. O *Defense Report* de 1999 considera que o Japão poderia levar o cabo ataques preventivos se novas ameaças norte-coreanas fossem consideradas iminentes. [35] No quadro abaixo busco apresentar as principais fontes norte-coreanas de ameaças ao Japão e aliados dos EUA na região. Os dados relacionam as capacidades de mísseis balísticos norte-coreanos:

[35] "a pre-emptive military strike would not be unconstitutional if Japan had reason to believe an attack is likely. (...) The perception here that North Korea poses a real and growing threat to Japan has also prompted the Tokyo government to strengthen military ties with the United States, and to move toward an agreement to boost investment in joint research on defenses against ballistic missiles." Defense Report 1999. Disponível em <http://www.fas.org/news/japan/990728-japan.htm> Acessado em 24 de Junho de 2007

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA

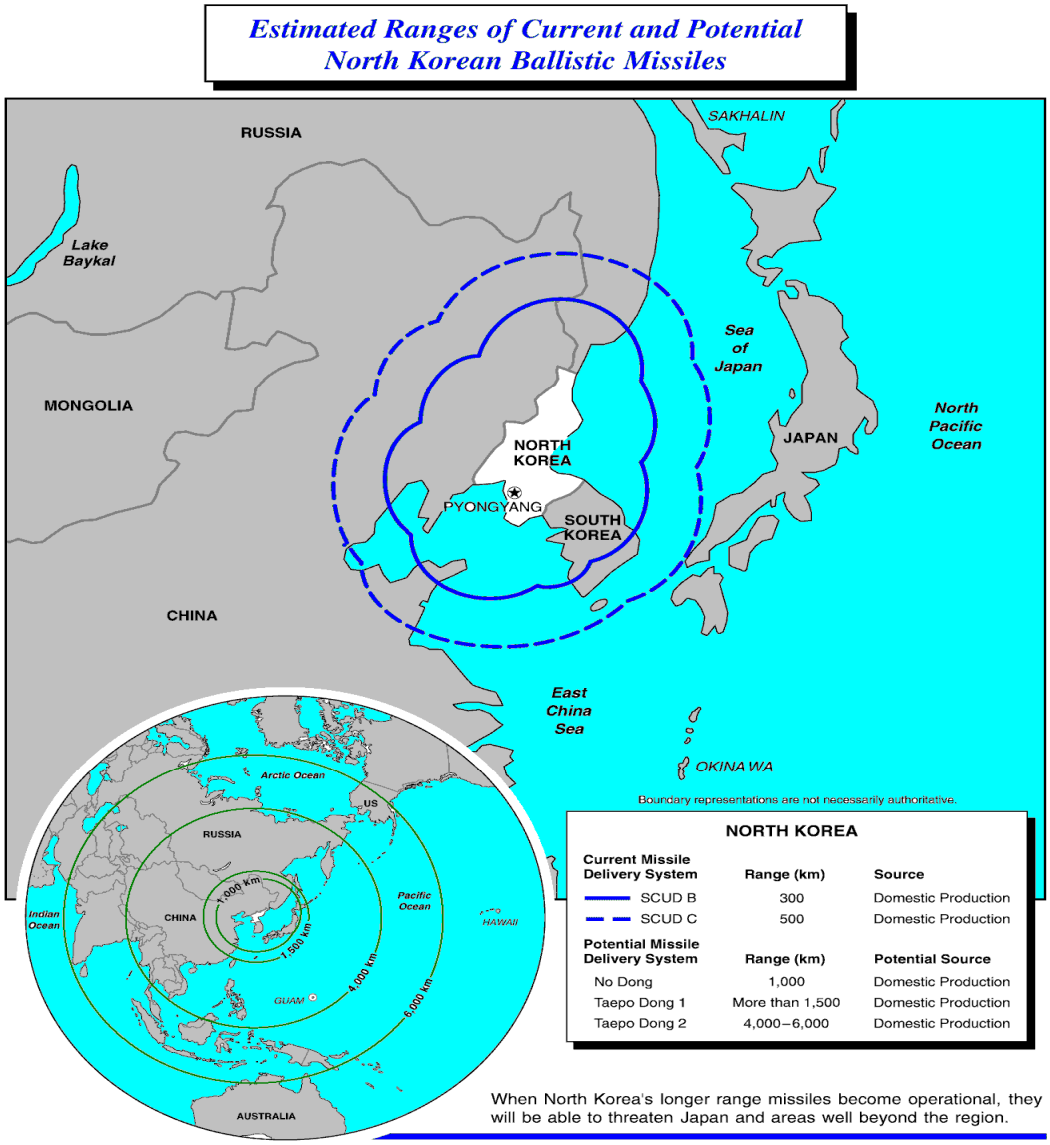
Nome	Propulsão	Alcance (Km)	Primeiro Lançamento	Quantidade	Tipo[36]
Scud-B	Líquida	280-330	1981	100 (?)	SRBM
Hwasong-5	Líquida	280-330	1984	150 (?)	SRBM
Hwasong-6	Líquida	500-700	1989	250 (?)	SRBM
Nodong	Líquida	1350-1500	1994	12-36	MRBM
Taepodong-1	Líquida	2000-2200	2000	(?)	MRBM
Taepodong-2	Líquida + Sólida	4000-4300	Não Disponível	(?)	LRICBM

Fonte: Adaptado de Bermudez (2005: 25)

Na figura abaixo elaborada pela Federação dos Cientistas norte-americanos há uma tentativa de exemplificar o potencial das capacidades ofensivas norte-coreanas aliadas ao agravante da proximidade geográfica.. Notem que os mísseis lançados em 1998 do tipo Taepodong-1 tem o alcance de cerca e 2000 km e, portanto os norte-coreanos já adquiriram capacidades ofensivas para infligir sérios danos ao território japonês.

[36] SRBM - Short Range Ballistic Missile < 1,000 km; MRBM - Medium Range Ballistic Missile 1,000-2,500 km; IRBM - Intermediate Range Ballistic Missile 2,500-3,500 km; LRICBM - Limited Range Intercontinental Ballistic Missile 3,500-8,000 km.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA



Fonte: Federation of American Scientists. Disponível em: <http://www.fas.org/nuke/guide/dprk/missile/>

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610359/CA